

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

BÁRBARA BEATRIZ SILVEIRA DARSKI

**INDESEJÁVEIS E PERNICIOSOS À ORDEM PÚBLICA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO RIO GRANDE DO SUL VARGUISTA
(1928-1930)**

Porto Alegre

2022

Bárbara Beatriz Silveira Darski

INDESEJÁVEIS E PERNICIOSOS À ORDEM PÚBLICA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO RIO GRANDE DO SUL VARGUISTA (1928-1930)

Dissertação de mestrado apresentada
junto ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio do Couto Alves

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Igor Salomão Teixeira

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Luziane Graciano Martins

CIP - Catalogação na Publicação

Darski, Bárbara Beatriz Silveira
Indesejáveis e perniciosos à ordem pública: uma
análise a partir do Rio Grande do Sul varguista
(1928-1930) / Bárbara Beatriz Silveira Darski. --
2022.
96 f.
Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. expulsão. 2. imigração. 3. cotidiano. 4.
repressão. 5. Vargas. I. Speranza, Clarice Gontarski,
orient. II. Título.

Bárbara Beatriz Silveira Darski

INDESEJÁVEIS E PERNICIOSOS À ORDEM PÚBLICA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO RIO GRANDE DO SUL VARGUISTA
(1928-1930)

Dissertação de mestrado apresentada
junto ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre.

Porto Alegre, 3 de junho de 2022

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Frederico Duarte Bartz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Claudia Mauch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Marluza Marques Harres
Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Em destaque Porto Alegre, cidade onde estava localizada a Casa de Correção, Uruguaiana cidade que faz fronteira com a Argentina e Santana do Livramento que faz fronteira com o Uruguai, para onde os presos eram enviados.....	34
Imagem 2 – Nicolau Artzvennc. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35422).....	43
Imagem 3 – Leon Piatigorsky. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35421).....	45
Imagem 4 – Simão Borodin. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35423).....	46
Imagem 5 – Marcos Piatigorsky. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35420).....	48
Imagem 6 – Pelayo Gil Ribas. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35424).....	51
Imagem 7 – Manoel Garcia. Processo de expulsão AN IJJ7 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35212).....	54

Lista de tabelas

Tabela 1 - Motivos de expulsão de imigrantes do Rio Grande do Sul (1928-1935)	36
Tabela 2 - Nacionalidade dos imigrantes expulsos do Rio Grande do Sul (1928-1935)	36
Tabela 3 - Estrangeiros presos no Rio Grande do Sul ao longo do ano de 1928	41

RESUMO

Na virada do século XIX para o XX, as ondas imigratórias europeias proporcionaram uma grande inserção de sujeitos imigrantes nas principais capitais brasileiras; tal fenômeno intensificou a velocidade das mudanças sociais e políticas que ocorriam no país. Em um primeiro momento o sujeito imigrante é visto como um potencial civilizador da “raça brasileira”; em um segundo, começa a ser um problema, caso de polícia. O presente trabalho pretende analisar os casos de expulsão de imigrantes ocorridos no estado do Rio Grande do Sul entre os anos 1928-1930, período em que Getúlio Dornelles Vargas era Presidente do Estado. Este trabalho se propõe analisar como o estado articula uma especialização policial a partir de 1928, que somada ao discurso higiênico proferido por correligionários políticos do Presidente do Estado, influenciam a crescente prisão e expulsão de imigrantes no período citado.

Palavras-chave: expulsão; imigração; crime; cotidiano; repressão; Vargas.

ABSTRACT

At the turn of the 19th to the 20th century, the European migration flows provided a great insertion of immigrants in the main Brazilian capitals. This phenomenon intensified how fast social and political changes were happening in Brazil. At first, the immigration newcomer is seen as a potential civilizer of the “Brazilian race”; in a second moment, these newcomers are seen as a problem, even as a police case. This paper intends to analyze the expulsion/removal of immigrants which occurred between 1928 and 1930 through the state of Rio Grande do Sul, period in which Getúlio Dornelles Vargas was the State President. This research has the purpose to analyze how the state articulates a police specialization from 1928 on, which added to the hygienic speech given by political co-religionists of the State President, influences the increasing arrest and expulsion of immigrants in the mentioned period.

Keywords: expulsion; immigration; crime; everyday life; repression; Vargas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - RESSIGNIFICANDO FRONTEIRAS, TECENDO REDES: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESSÃO A IMIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL VARGUISTA	26
1.1. O CRIME DE RICO A LEI O COBRE; O ESTADO ESMAGA O OPRIMIDO: LEGISLAÇÃO E REPRESSÃO	27
1.2 RESSIGNIFICANDO FRONTEIRAS: A EXPULSÃO ILEGAL E O RIO GRANDE DO SUL	33
1.3 O PROJETO ESTATAL DE HIGIENIZAÇÃO ABALADO: O MAU IMIGRANTE	39
1.4 O MAU IMIGRANTE OU A CAMPANHA CONTRA OS COMUNISTAS	42
2. A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS HIGIENISTAS NO JORNAL A FEDERAÇÃO	56
2.1 “PROPHYLAXIA CRIMINAL: A IMMIGRAÇÃO”	58
2.2 “O NOTÁVEL DISCURSO DO DEPUTADO JOÃO NEVES DA FONTOURA “LEADER” DA BANCADA RIO GRANDENSE”	63
2.3 O “ABANDONO DA RAÇA” POR AZEVEDO AMARAL	66
3. AS MEDIDAS ESTATAIS PARA ORGANIZAR A “CIÊNCIA” E A POLÍCIA: REPRESSÃO E LIMPEZA SOCIAL	71
3.1 MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO E INVESTIMENTO À REPRESSÃO ...	73
3.2 A CRIAÇÃO DE INSPETORIA MARÍTIMA: DETENDO “INDESEJÁVEIS” NOS PORTOS	77
3.3 PARA ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: A IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL ELEITOR	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
ARQUIVOS CONSULTADOS	88

FONTES CITADAS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

O dia 6 de fevereiro de 1930 corria dentro da normalidade no 7º Batalhão de Caçadores do Exército da cidade de Porto Alegre, até a hora do almoço no rancho do Batalhão. Napoleão de Alencastro Guimarães, primeiro tenente da citada companhia, ao servir seu prato, percebeu uma cena incomum por uma das janelas. O que ocorria era uma conversa entre o soldado taifeiro Santo Trevisano e o civil Antão Soares de Freitas. Santo estava dentro do quartel, Antão do lado de fora e ambos conversaram por uma das janelas do rancho. Segundo Napoleão, Antão dizia a Santo

[...] que em caso de guerra ou desordem, elle, soldado, não devia atirar contra os amotinados, pois que todos eram irmãos, mas que deveriam voltar suas armas contra os officiaes a quem não deviam obedecer¹.

Conforme o depoimento de Napoleão que consta no processo federal de expulsão – e que embasa a construção da presente narrativa –, Antão teria entregue um exemplar do jornal *A Classe Operária*, dizendo que este deveria ser lido por Santo e passado adiante para outras pessoas.

Dias depois (o processo não informa precisamente quantos), ao prestar depoimento na 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia de Porto Alegre sobre o episódio, o soldado Santo disse que o pedido era que o jornal fosse entregue “aos presos políticos que houvessem no dito quartel”².

No mesmo 6 de fevereiro, uma das unidades da Brigada Militar de Porto Alegre havia registrado uma tentativa de insubordinação³, e nas proximidades haviam sido apreendidos diversos folhetos que reivindicavam o aumento salarial de soldados da dita força. Ao fim de um dos folhetos, no chamado para a luta, constava:

Contra a intervenção! Contra o Separatismo! Fraternalizemos com os marinheiros e operários! Preparemos a greve geral e armemos os nossos companheiros de classe, os operários! Viva a vitória da greve dos soldados. Comitê Militar de reivindicações dos soldados da Brigada Militar⁴.

¹ Termo de declaração de Napoleão de Alencastro Guimarães, processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, fls. 15. Ao longo da dissertação, mantenho a grafia original das fontes.

² Termo de declaração de Santo Trevisano, processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, fls. 16.

³ De acordo com o processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, fls. 04, houve uma tentativa de insubordinação em um dos quartéis da Brigada Militar na cidade de Porto Alegre.

⁴ Anexo ao processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, fls. 14.

Nosso objetivo principal aqui não é compreender qual o intuito do civil Antão. Entretanto, hipóteses podem ser aventadas. Entre elas que Antão poderia estar fazendo realmente propaganda comunista na porta do quartel a fim de angariar novos militantes com domínio de armas e poder de fogo, caso a revolução ocorresse. Não excluimos, também, a possibilidade de Napoleão ter dado um testemunho falso a fim de desencadear as perseguições que passaram a ocorrer após o episódio. O que mais nos interessa aqui é que a prisão de Antão e os episódios citados acabaram por desencadear uma série de prisões e perseguições aos comunistas e a consequente expulsão de imigrantes residentes na capital gaúcha, sujeitos estes objetos desta dissertação.

Os primeiros anos do século XX são marcados por diversos conflitos no campo político e social do Brasil, com destaque para as agitações operárias⁵, a questão social⁶, a questão racial⁷ e a imigração. O pano de fundo destas transformações é tecido desde a Proclamação da República, em 1889, pois a partir deste momento existem movimentos mais intensos de “modernização” do país, passando pelas novas configurações na máquina pública – principalmente a burocratização do Estado – e a modernização social, fundada principalmente nos princípios sanitaristas difundidos amplamente no fim do Império, associados à criminologia positivista. Os profissionais provenientes dos órgãos repressivos são colocados na cena social com amplo destaque, e firmam-se como articuladores da modernidade, sendo responsáveis pela identificação dos sujeitos “perigosos” e a justificação em consequente dos fatos criminais, seus motivos e motivações (MENEZES, 1996).

Sobre a imigração europeia, estimativas dão conta de que até a década de 1940 chegaram ao Brasil cerca de 5 milhões de imigrantes, e a maioria distribuiu-se entre os estados do Sul do país e a cidade de São Paulo. Diferente do esperado pelo Estado, nem todos eles seguiram rumo ao interior, muitos fixando-se em torno das grandes cidades (SEYFERTH, 1999). A confluência destes elementos, adicionados ao cotidiano nas novas cidades⁸, deu início a uma série de medidas governamentais que objetivavam assegurar a

⁵ Para saber mais sobre a temática, ver: Ferreira e Delgado (2013), Bilhão (1999; 2008), Carone (1984), Chalhoub (1986) e Petersen (1979; 1992; 2001).

⁶ Para compreender as questões sociais ver o trabalho de Silva (2010) sobre moradia e alimentação operária na cidade de Porto Alegre.

⁷ Compreendemos a “questão racial” como a reorganização da sociedade brasileira após a abolição, principalmente no que diz respeito à inserção e/ou exclusão da população recém liberta em um mercado de trabalho que também começava a se reorganizar, tendo em vista a crescente industrialização e por consequente o crescimento populacional nas grandes cidades (principalmente capitais).

⁸ Obra fundamental sobre o cotidiano dos trabalhadores e, por consequente, da cidade, é Chalhoub (1986).

ordem pública burguesa, onde diversos imigrantes *indesejáveis* e *perniciosos*⁹ foram expulsos do território nacional. A prática de expulsão possuía diversas funções, de acordo com Menezes, que analisou a temática no Rio de Janeiro, capital do Brasil no período analisado. Segundo a autora,

Civilizar a cidade, neste contexto de mudança, foi um processo que caminhou em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, no da criação de um espaço moderno, racional e funcional, em que os negócios encontraram um lugar especializado e privilegiado para florescer, distanciado dos becos e ruelas tradicionais. Em segundo lugar, no sentido do desencadeamento de uma proposta de adaptação da população urbana aos cânones de um novo viver, através de sua submissão a um código legal que, contraposto ao popular, criminalizou comportamentos tradicionais, atingindo fortemente os estrangeiros, num modelo de república que passou a utilizar a alteridade como instrumento de construção artificial da identidade nacional, principalmente nos anos que precederam e se seguiram à Primeira Guerra Mundial (MENEZES, 1997, p. 73).

Este modelo estatal de civilização teve ampla continuidade durante os anos 1920. No entanto, as políticas que objetivavam assegurar a ordem social, em especial as que concernem à expulsão de imigrantes, remontam os primeiros anos do século XX. Quando em 1930 Getúlio Dornelles Vargas tomou o poder, as novas configurações das relações sociais ainda não estavam seladas e, para o Estado nacional,

[...] a resolução da questão social precisava incluir todos os problemas de caráter econômico e social que diziam respeito ao bem-estar do povo, pois, para o governo Vargas, o trabalho não era simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria” (GOMES, 1999).

No entanto, para se chegar a este ideal de *trabalho* e, por conseguinte, de *trabalhador*, era preciso adotar algumas práticas que permeavam o *campo jurídico* (BOURDIEU, 2014)¹⁰ e que se faziam presentes por vezes em situações altamente repressivas. Um marco do período é a criação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no ano de 1924, e a perseguição política a todos aqueles que faziam parte do movimento operário ou representavam algum tipo de ameaça para a sustentação do

⁹ É importante ressaltar que os termos aqui utilizados são fiéis à documentação consultada. Em Menezes (1996), a autora ressalta a frequência de menções a termos como “indesejáveis” nos processos de expulsão, inclusive os utilizando para nomear seu trabalho. Chama a atenção que nos livros de entrada e saída da Casa de Correção de Porto Alegre são frequentes os motivos de prisão classificados como “indesejável” ou “pernicioso à ordem pública”.

¹⁰ O autor entende o campo jurídico como um local simbólico onde os embates para legitimação do direito e suas regras internas ocorrem a partir das disputas de poder ocorridas entre os próprios pares, com fins de estabelecer valores e fundamentos inerentes ao campo.

status quo almejado pelo governo e pelas elites. É importante citar que, apesar da criação e implantação do DOPS remontar à década de 1920, é durante a Era Vargas (1930-1945) e posteriormente na Ditadura Militar (1964-1985) que o órgão viveu seus momentos de maior atividade (JOFFILY, 2014). No auge da ditadura varguista, podemos citar como exemplo do *modus operandi* do Estado os casos de Olga Benário e de Elisa Berger¹¹, que foram expulsas e entregues à Alemanha nazista. Além de judias, eram mulheres e comunistas, visivelmente não se encaixando nos padrões ideais de civilização da época. Se dentre os casos de expulsão do território nacional, o de Olga é o mais famoso, diversos foram os expulsos com o intuito de civilizar o país.

Se a República tenta inaugurar a nação brasileira moderna, é nos governos de Getúlio Vargas que surgirão uma série de instituições que moldarão sua forma conforme a conhecemos hoje. Dentro dos diversos cronogramas disciplinares que começavam na formalização do trabalho como algo digno, passando pela condenação da vadiagem, estão as prisões que seriam o local onde o trabalho perpassa a pena, pois é ele que dignificaria e nos tornaria humanos¹²; temos por outro lado, o projeto de nação onde os que não são reconhecidos como parte legítima dos feitos do povo brasileiro devem ser eliminados e exterminados. Luis Ferla, ao analisar em sua tese a produção do discurso de doutrinas biodeterministas e como elas foram aplicadas de forma concreta pelo Estado entre 1920-1945 (período que abarca o de nossa pesquisa), coloca que:

As relações entre doutrinas biodeterministas e autoritarismo político se tornaram mais explícitas e institucionalizadas no Brasil pós Revolução de 30, com a ditadura de Vargas. O ambiente político e social, de tendências totalitárias, passou a favorecer cada vez mais a discussão, elaboração e implementação de estratégias de controle social (FERLA, 2005, p. 49).

É neste cenário de mudanças e rearranjos sociais que nossa problemática de pesquisa se insere. É o período que antecede o Estado Novo – e as restrições políticas

¹¹ Elisa Berger, também conhecida pelo apelido Sabo, era uma militante comunista alemã e judia que junto ao marido, Harry Berger, imigrou para o Brasil. Harry atuava no escritório latino-americano da Kominter e era próximo de Luís Carlos Prestes. Após o fracasso dos movimentos revolucionários de 1935, foram todos presos. Elisa foi barbaramente torturada, estuprada e eletrocutada em frente a Harry, antes de ser expulsa com Olga, sendo as duas entregues para a Alemanha nazista (ZILBERMAN, 2006). Sobre a trajetória de três mulheres comunistas a partir de 1935 no Brasil, ver a recente tese de Nunes (2021).

¹² A Era Vargas centra seu processo civilizador em uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, e o conceito de trabalho é o centralizador desta estratégia. O trabalho como dignificador do homem (a riqueza individual é por conseguinte a riqueza da nação) pode ser percebido em diversas políticas estatais varguistas: a cultura, a justiça, a polícia, as leis, a educação, tudo é ligado ao trabalho. Nas prisões, esse cronograma não é deixado de lado; se o pobre é desviante, cabe ao Estado introduzir a importância do trabalho no cotidiano dos “reeducandos”. Ver: Gomes (1999) e Carneiro (1999).

produzidas ao longo dos anos 1928 e 1930, em forma de expulsão de imigrantes europeus de todas as partes – que nos interessa nesta dissertação. Compreender as nuances na transformação das épocas pode nos fazer entender como houve o fortalecimento dos elos repressivos estatais do início do século XX e que se traduziram de forma fluida, ao longo da Era Vargas (CARNEIRO, 1999). Nosso problema de pesquisa é, portanto, analisar a repressão aos chamados “indesejáveis”, em especial imigrantes no Rio Grande do Sul, observando como a difusão das ideias eugênicas e práticas de controle social se conjugavam num momento de intensa agitação social no estado e no país.

Para tanto faço um recorte espacial a partir da história estadual – com perspectivas de análise de um processo amplo e que chega inclusive na alçada federal – com a justificativa de que é no Governo de Vargas, neste caso como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), que foi observada até o momento uma quantidade expressiva de entrada de presos na Casa de Correção de Porto Alegre para fins de expulsão¹³ – conforme levantamento de fontes feito para esta dissertação. E é a partir deste marco – visto que após sair da presidência do Estado, ele torna-se Presidente da Nação – revelam-se a maioria dos processos de expulsão na esfera federal, que abarcam sujeitos instalados no Rio Grande do Sul.

Atualmente a historiografia produzida no estado sobre a temática dá conta que poucos foram os processos de expulsão que envolveram sujeitos residentes no Rio Grande do Sul. Fortes (2001) é um dos autores que utiliza processos de expulsão de imigrantes instalados no Rio Grande do Sul, fontes também utilizadas neste trabalho. No entanto, o prisma que o autor emprega para a análise destes processos é centrado nas articulações sobre etnicidade, que, embora também contemplado de forma breve nesta dissertação, não é o nosso foco principal de análise. Peixoto (2006), outro autor que também utiliza tais fontes, se propõe a analisar somente a ação política do PCB no RS, e analisa os processos de expulsão que envolvem sujeitos expulsos com fins políticos, a fim de remontar a trajetória do “partidão”.

No entanto, se confrontamos as fontes preliminarmente levantadas, os registros apontam uma incompatibilidade entre os processos existentes que transitaram em julgado e os registros de prisão que estão nos livros de registro da Casa de Correção de Porto

¹³ No levantamento de fontes que realizamos para esta dissertação, não foram encontradas menções expressivas sobre expulsão de imigrantes nos livros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção, nos anos que antecedem 1928. Uma das hipóteses que explica essa situação é explicitada no capítulo 3 deste trabalho.

Alegre. Neste sentido, o que nos interessa é trazer luz a novas possibilidades de debate sobre a temática da expulsão de imigrantes, que se articulam ou complementam trabalhos já realizados, principalmente no eixo Rio-São Paulo, como por exemplo Bonfá (2008), Maram (1979), Menezes (1996) e Silva (2006). Nosso objetivo é, também, contribuir para a compreensão do problema, principalmente ao que diz respeito às expulsões ilegais, baseada em fontes que até então não foram exploradas, como é o caso dos Livros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção (no caso desta dissertação, a de Porto Alegre).

Bretas (2018) enfatiza que muitas são as produções que têm por objeto compreender as relações entre imigração e criminalidade que se desenrolam no cotidiano urbano nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro e em São Paulo; no entanto, nas demais capitais do país parece que tal objeto não possui expressão, seja pela ausência de pesquisas referentes a este tema, ou por um baixo volume destas. O Rio Grande do Sul possui uma significativa produção historiográfica sobre imigração, mas em geral ligada às questões de etnicidade e trabalho. Pesquisas sobre crime, imigração e cotidiano urbano, aos poucos ganham fôlego.

Pretendemos assim compreender como se deu em âmbito estadual a repressão contra imigrantes ligados aos movimentos sociais organizados, partidos políticos, ou mesmo ao combate às contravenções (prostituição, cafetinagem, jogos de azar e tráfico de drogas) nos anos que antecedem o golpe de 1930, ou seja, 1928 a 1930. Compreendemos esta repressão em associação à construção e difusão de um aparato ideológico que justificava a exclusão destes sujeitos, e que também será objeto de nossa análise. A escolha do recorte espacial a partir do Rio Grande do Sul se dá porque, na esteira do pensamento de Bretas (2018), compreendemos que existe uma lacuna a ser explorada, tanto no que diz respeito aos estudos sobre expulsão de imigrantes residentes no estado, como também ao período de atividade política de Vargas antes de sua ascensão federal.

É importante considerarmos que aqui a adoção do conceito de movimento social organizado se dá, pois, de acordo com o levantamento de fontes, os nomes mais citados em processos, tanto como réus, quanto como suspeitos, ou apenas menções utilizadas para dar vida ao campo jurídico, são de militantes ligados ao Bloco Operário e Camponês (BOC), à Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), ao Partido Comunista do Brasil (PCB), entre outras organizações de classe ou partidos políticos. O conceito de movimento social já foi amplamente discutido no campo de estudos sociológicos, não

sendo um consenso dentro do campo. Nesta dissertação, compreendemos o conceito inserido dentro do que Charles Tilly (2006) denominou como teoria do confronto político, onde as mobilizações coletivas são parte de uma estrutura social de oportunidades e/ou ameaças políticas, que possibilitam o jogo de forças, entre aqueles que se encontram dentro das estruturas políticas do Estado e os que estão fora dela¹⁴. Desta forma, compreendemos que o confronto político ocorrido entre os anos de 1928-1930, que se desenha entre imigrantes (operários) expulsos, bem como de seus companheiros nacionais que denunciam as expulsões em jornais operários que circulavam por todo Brasil, somado aos esforços do Partido Comunista (por meio do Bloco Operário e Camponês) de conseguir uma cadeira no Legislativo Federal, são indicativos desse jogo de força entre aqueles que estão fora das estruturas do Estado contra os que estão dentro.

Os movimentos sociais aqui são compreendidos não apenas como aqueles que promovem as mobilizações que ocorrem à margem das estruturas oficiais (político-partidárias), através de greve, sabotagem, propaganda, etc., mas também os que organizados politicamente se lançam em candidaturas na tentativa de defender os interesses das classes trabalhadoras de forma “oficial”.

Nos interessa compreender como se deu a política de implantação de medidas repressivas mais severas – mas travestidas de higiênicas e modernizadoras – no Rio Grande do Sul durante o período que esta dissertação se propõe a estudar. Durante os anos 1928-1930, preliminarmente observamos, por meio de fontes levantadas, que ocorreu um debate político aberto sobre o que o estado deveria fazer para garantir a “ordem pública”, através de publicações de artigos em jornais de políticos e intelectuais porto-alegrenses. É em face desta perspectiva que estas publicações também serão alvo de nossa análise. Vale salientar que nos referimos a “debate político aberto”, pois estes debates eram difundidos através de jornais; no entanto, a participação popular não era levada em consideração ou consultada.

Acreditamos que a conduta autoritária de Vargas ao longo da Era Vargas não se restringiu exclusivamente ao período em que este esteve à frente do executivo federal. Carneiro, ao se referir ao Estado Novo, coloca que:

Vargas, além de expressar o perfil de um autêntico estadista, era, por formação, um homem de índole autoritária e que, entre 1930 e 1937, procurou concentrar, cada vez mais, o máximo de poder nas mãos do Executivo (CARNEIRO, 1999, p. 329).

¹⁴ Para uma melhor compreensão do conceito de Tilly, ver: Alonso (2012).

Em nossa análise, acreditamos que a forma como os processos de expulsão foram desencadeados no estado, bem como a introdução de novos instrumentos repressivos, podem demonstrar o viés autoritário do governo Vargas já quando este foi Presidente do Rio Grande do Sul.

Lucien Febvre, certa feita, afirmou que a História é ao mesmo tempo a ciência do passado e a ciência do presente. Sendo assim, este trabalho se insere em dois períodos complexos da História do país: o primeiro, marcado pela repressão aos grupos sociais organizados, associada a uma latente xenofobia¹⁵ disfarçada de civilidade; e o segundo, ligado diretamente ao período atual, de rechaço aos grupos imigrantes da Venezuela, Senegal, Haiti e Bolívia, principalmente.

Apesar de o objetivo deste trabalho não ser a análise dos dois períodos mencionados, creio que os acontecimentos recentes não podem ser tratados como algo dicotômico. Como destaca Certeau (1982), todas as pesquisas históricas se articulam com os seus locais de produção e os contextos nos quais os historiadores estão inseridos. Nesse sentido, estes estudos podem ajudar a compreender também a exclusão e a xenofobia como projetos estatais e com fins premeditados colocados em prática por setores conservadores da política nacional. Ramirez, reiterando a importância de relacionar os objetos da pesquisa histórica com questões e debates atuais, coloca que

[...] continuamos analisando a história por meio de compartimentos estanques, inclusive, pouco problematizando acerca de como as preocupações políticas do nosso tempo conformam o nosso *métier* e as implicações que isso acarreta [...] (RAMIREZ, 2012, p. 72).

Este trabalho se constrói sobre o que se denomina no campo dos estudos históricos como história social, podendo se relacionar com os trabalhos compreendidos no escopo da história social do trabalho. Sobre estes, lembramos que, a partir do final dos anos 1980, houve uma modificação, a nível nacional, nas análises que, associadas a novos paradigmas das ciências sociais, antropologia e linguística, passaram a compor o que atualmente denominamos de história social do trabalho.

Anteriormente, os anos 1960-1970 são marcados pelo que Chalhoub e Silva (2009) denominaram de “paradigma da ausência”, marcado pela exclusão de escravos,

¹⁵ É importante destacar os aspectos ligados ao antissemitismo e que podem ser melhor compreendidas em Maio (1999). Além disto os aspectos ligados ao “perigo vermelho” e a associação deste com os imigrantes do leste europeu, tendo em vista a proximidade temporal com a Revolução Russa, colaboram para a difusão desta mentalidade. Ver mais em: Motta (2002).

ex-escravos e operários nos estudos sobre História do Trabalho. Apontam que, a partir dos anos 1980, começa um processo de ruptura, uma mudança de paradigma no que se entende por classe operária: antes a classe aparecia como um sujeito subordinado, ou seja, sem dinâmicas próprias que fosse fruto de suas práticas cotidianas, mas que eram vistas como externas a sua existência. Porém, em meados de 1980, a partir da influência de autores como Hobsbawm, E. P. Thompson e Foucault, começa a existir o reconhecimento de que as experiências dos dominados e suas práticas devem ser analisadas como fatores que ajudam no “fazer-se” da classe.

Mais recentemente, Batalha (2006) observou que desafios quanto à ampliação dos recortes temporais, além da necessidade da articulação de pesquisas produzidas em realidades locais, regionais e nacionais diferentes, eram necessários naquele momento para que o debate historiográfico do campo fosse ampliado e os aspectos metodológicos refinados.

É também a partir de 1980 que trabalhos como os de Fausto (1984), Chalhoub (1986) e Machado (1987) começam a utilizar como fontes de pesquisa os processos judiciais, ampliando o corpo teórico e metodológico da história social¹⁶. Neste trabalho utilizaremos, além de outras fontes, processos de expulsão de imigrantes, que por sua vez têm configurações lógicas diversas dos processos crime da justiça comum, tendo em vista que eram feitos pela Secretária da Justiça e Negócios Interiores. De todo modo, estes processos não deixam de ser enquadrados arquivisticamente como parte dos fundos criminais. Desta forma, metodologicamente nos auxiliam os escritos de Grinberg (2009) e Rosemberg e Souza (2009). Somando-se a isto, o campo de estudos denominado história do crime é também parte fundamental desta pesquisa.

A história do crime pode ser definida como o estudo das leis bem como das transgressões destas leis. Assim como a história do trabalho, também sofreu um impulso no Brasil a partir dos anos 1980. Mas são trabalhos que começam a ser produzidos e publicados já no começo dos anos 1970, como os de Michel Foucault e E. P. Thompson, que despertaram para as novas possibilidades de análise dos comportamentos e costumes das classes populares a partir do crime, do delito e principalmente da punição (BRETAS, 2018; MAUCH, 2011). Bretas (1991) ressalta que para além do crime e do controle, a violência deve ser fundamentalmente analisada, levando-se em conta que ela é parte

¹⁶ Sobre esta ampliação metodológica, ver: Rosemberg e Souza (2009).

integrante da vida social, sendo utilizada como recurso em diversas situações ao longo da história.

Lila Caimari (2016) coloca, que na América Latina a temática do crime e da criminalidade começa a tomar fôlego a partir dos anos 1990, especialmente após a publicação de *Crime and Punishment in Latin America* (2001), livro originado após um evento acadêmico estadunidense dos anos 1997. Caimari ressalta que apesar dos estudos sobre a temática se apoiarem em produções europeias dos anos 1970 e 1980, a América Latina, quase como um todo, estava saindo de seus regimes militares ditatoriais apenas nos anos 1980, sendo esse momento o de abertura para se questionar as bases de organização da justiça, dos aparatos repressivos e policiais, além dos desvios criminais por si só. Atualmente, a autora ressalta que o desenvolvimento do campo e o alargamento dos estudos possibilitou uma rede de trocas de pesquisas e conhecimentos que se estende por países como Argentina, Brasil, México e Chile. Estas redes de colaboração de pesquisas se articulam principalmente com as produções e pesquisas desenvolvidas em diversas universidades estadunidenses.

Outro autor que deve ser citado, tendo em vista a sua importância dentro dos estudos do campo, é Michael Ignatieff. Ignatieff (1987), que tece importantes críticas sobre o conceito de “instituição total”, termo cunhado pelo sociólogo estadunidense Erving Goffman no início dos anos 1960, que o definia como um conjunto de regras de controle total empreendidas pelas autoridades oficiais, com o objetivo de regular totalmente a vida cotidiana de seus habitantes. Ao problematizar esse controle total e irrestrito, Ignatieff propõe um olhar sobre quais as relações e papéis desempenhados dentro do processo de dominação, por parte daqueles que são dominados, além de sugerir que é a partir das reações dos dominados que as instituições criam mecanismos de controle e repressão. Este trabalho, apesar de possuir em sua maioria documentações que demonstram as formas de controle desempenhadas pelo Estado, não adota o conceito de “instituição total” de Goffman (1961), compreendendo que a repressão é apenas um dos fios que compõe a teia das instituições de controle. Desta forma, compreendemos que os discursos das elites políticas analisados no capítulo 2, servem como uma espécie de legitimação pública a fim de justificar os mecanismos repressivos e violentos (por vezes ilegais) empreendidos contra os imigrantes *indesejáveis*.

A chamada “história dos de baixo”¹⁷, aqui exemplificada em forma de expulsão, exclusão e caça ao imigrante, ajuda a compreender um contexto muito maior onde se inserem diversos fatores político-sociais de uma época, como a xenofobia latente do período pós guerra, as transformações no campo jurídico brasileiro, a especialização do Estado, entre outras. Ao problematizarmos a temática entre os anos de 1928-1930, pretendemos contribuir com os estudos sobre o período, introduzindo novas problemáticas e revisitando outras, como as feitas por Batalha (2003), Cancelli (1999), Fortes (2001), Menezes (1996), Maio (1999), Petersen (1995), Seyferth (1999) e Peixoto (2006).

Esta dissertação começou a se desenhar a partir do trabalho de conclusão de curso, defendido no ano de 2016, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e intitulado “Violência e Resistência: A greve dos trabalhadores do calçamento na Porto Alegre de 1917”, sob orientação da Profa. Dra. Sirlei Teresinha Gedoz. Ao longo da pesquisa sobre a greve dos calceteiros, observamos que a maior parte dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais eram imigrantes e tivemos contato com alusões sobre a expulsão de trabalhadores do mesmo período, algo até então desconhecido por nós. A partir de leituras sobre a temática, de pesquisas realizadas sobre a então Capital Federal (Rio de Janeiro), diversas problematizações começaram a surgir, principalmente sobre o que teria ocorrido no Estado, tendo em vista seu conhecido histórico populacional de imigrantes desde fins do século XIX.

Além da curiosidade historiográfica verificada ao fim da escrita do mencionado trabalho de conclusão de curso, acredito ser relevante citar que minha identificação com as temáticas da imigração, dos mundos do trabalho e do crime foram traçados desde a minha formação pessoal, exercendo influência sobre minha trajetória acadêmica. As histórias sobre imigração (principalmente a polonesa e italiana) misturavam-se com as histórias dos mundos do trabalho, contadas pelos meus avós maternos que viveram intensamente a Porto Alegre da primeira metade do século XX, com especial destaque ao 4º Distrito, onde se localizavam suas moradias e trabalhos e por consequência, também, seus locais de sociabilidade (como a Sociedade Polônia¹⁸, que minha avó seguiu frequentando mesmo após ter saído do bairro para viver na cidade de Esteio em meados

¹⁷ Ver: Hobsbawm (2013).

¹⁸ A Sociedade Polônia é fundada no ano de 1931, sendo resultado da fusão de diversas outras sociedades de cultura polonesa. Tem por objetivo a difusão da cultura polonesa e a manutenção dos laços étnicos, localizando-se no mesmo endereço desde sua fundação na Rua São Pedro, número 778, no Bairro São Geraldo, Porto Alegre. Ver: Fortes (2001) e Weber (2011).

de 1950, e que fazia questão de me levar sempre que possível). Desde muito cedo convivi com as especificidades do mundo operário, as sociabilidades – que começavam nas histórias dos ensinamentos dos “mestres de ofício”, nos amigos feitos nas indústrias e que ficaram para a vida inteira, nas rixas com patrões e que terminavam na forte presença do botequim, quando o cheiro da graxa se misturava com o da bebida, os jogos se faziam a grande distração do dia e a contravenção do jogo do bicho virava a esperança de um dinheiro legítimo –, as lutas – nas histórias das greves e dos piquetes dos anos 1980, contadas por meu pai metalúrgico –, e as resistências cotidianas.

Ao longo de minha formação acadêmica, pude identificar e por vezes compreender, dentro das minhas memórias de criança e adolescente, a história social. Já minha identificação com a história do crime deu-se na graduação, ao trabalhar nos arquivos da Superintendência de Serviços Penitenciários e do Tribunal de Justiça, quando descobri de fato o “sabor do arquivo” (FARGE, 2009), e mais ainda, o sabor inigualável do processo crime (que me perdoem as outras fontes), que em seu conteúdo, para além das muitas tristes histórias, nos permitem reconstituir as relações sociais e compreender as dinâmicas de um tempo que não é o nosso, mas que por vezes, muito se assemelha a ele.

Ao longo desta pesquisa, questões como a sociabilidade, e principalmente as redes que se formam em torno dos sujeitos, acabaram por se evidenciar. Temática anteriormente ignorada, que foi se desenhando conforme as fontes eram analisadas e principalmente cruzadas. Relações como o parentesco, a etnia, a religião e os laços fraternos que nascem da amizade e por vezes do convívio em vizinhança são relevantes neste trabalho. A fim de incorporarmos o conceito de redes, e compreendermos como ele se articula na formação da classe, recorreremos a Mike Savage (2011), que entende essa movimentação como uma formação de um grupo de indivíduos que têm contato uns com os outros e, a partir disso, estabelecem suas formas de atuação e reconhecem seus espaços dentro da estrutura social.

As fontes que compõem esta dissertação são resultado de um intenso processo de pesquisa em diversos arquivos, e que foi interrompido de forma abrupta pela pandemia da Covid-19 em 2020. A pesquisa em arquivos, neste caso, foi exaustiva, desesperadora e prazerosa: exaustiva pois procuramos por coisas que nem sabemos ao certo se existem, muito menos onde se encontram de fato; desesperadora, pois às vezes não encontramos nada ou ainda por nos depararmos com milhares de pequenas fichas, guardadas em arquivos de aço infinitos no subsolo do Arquivo Nacional (AN), caso este dos processos

de expulsão de imigrantes, tendo em vista que este fundo ainda não foi indexado ao quase infinito catálogo digital do AN. Ao longo do período de produção da dissertação recorreremos a centros de memória que se encontravam fechados ou que não possuíam seus arquivos organizados, como foi o caso do Museu Doutor José Feibes Lubianca da Polícia Civil do RS, onde quase imploramos pela consulta que por fim foi permitida. Ainda num momento anterior de constituição do projeto de pesquisa, passamos tardes infinitas de um Rio 40 graus em pleno mês de janeiro procurando pistas em documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty. A atividade foi prazerosa, pois, mesmo diante de infinitas adversidades, conseguimos encontrar as pistas necessárias para, por fim, tentarmos remontar o grande quebra-cabeças da história.

Ao longo da pesquisa, a problemática original se modificou. Neste processo de mudança, cito a significativa contribuição da banca de qualificação, composta pelos professores Benito Bisso Schmidt e Cláudia Mauch, aos quais agradeço imensamente. Inicialmente, este trabalho se propunha a mapear as possíveis redes nas quais os sujeitos expulsos participavam e congregavam, além de brevemente analisar o papel do Estado nos trâmites legais que envolviam a expulsão. No entanto, foi a partir dos comentários e sugestões de Benito e Cláudia que compreendi a riqueza de possibilidades que a documentação apresentava em relação as expulsões ilegais. A partir das sugestões de traçar as redes policiais que se formavam em torno das expulsões, redesenhei esta dissertação. Infelizmente, apesar dos esforços empreendidos, não obtive muito sucesso ao analisar a documentação dos fundos policiais disponíveis no RS e que estavam ao meu alcance naquele momento, tendo em vista o agravamento da pandemia, o que limitou a possibilidade de redesenhar as redes policiais. Apesar disso, foram a partir destas sugestões da banca que consegui enxergar potencial em outras documentações que fui coletando, repensando meu trabalho e incorporando por fim uma análise voltada para a compreensão da montagem e/ou remodelação dos aparatos repressivos no período de 1928-1930.

Visando elucidar as questões propostas, utilizamos os Processos de Expulsão de Imigrantes, atualmente sobre guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, as Listas de expulsão e Fichas Policiais sobre guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty, os Livros de Registro de Presos Recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre, pertencentes ao fundo documental Polícia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, bem como os Relatórios dos Presidentes do Estado do RS. A documentação pertencente ao fundo Polícias Políticas do Arquivo Público do Rio de Janeiro, assim como o jornal *A Federação*, serão

explorados, dentro de seus limites e potencialidades, sempre explicitados ao longo dos capítulos que compõem esta dissertação. Além disto, os Decretos de Lei Federal referentes à expulsão de imigrantes ou em que constem menções a acontecimentos relacionados, consultados nas páginas *web* da Câmara de Deputados Federal, são úteis para compreendermos o campo jurídico que circunda nossa temática.

Sobre a análise das fontes jornalísticas, é importante ressaltar que em termos metodológicos buscamos

[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura do passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores (DE LUCA, 2008).

O jornal não pode ser interpretado como um espelho de uma realidade passada, mas sim como um articulador da história, que traz à cena sujeitos e práticas sociais de uma época e contexto específico.

Além das fontes jornalísticas, é importante destacar que o trabalho com fontes judiciais é sobretudo, o exercício de aventarmos hipóteses e lermos nas entrelinhas do dito e do não dito, desta forma “cada ato administrativo ou legal, cujo registro formal deve constar nos autos do processo, corresponde, no limite, às ações isoladas cujo fio condutor se perdeu irremediavelmente”. Ao historiador, por sua vez, cabe interpretar “para além da opacidade característica do documento e do efeito do distanciamento temporal, as teses e posturas assumidas por personagens que não só representam a justiça, mas também são a justiça” (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 177).

No primeiro capítulo, discutimos como as leis se transformam e articulam com fins de expulsão, apresentamos alguns dos sujeitos que integram o rol de expulsos do território nacional e que eram residentes no estado do Rio Grande do Sul e como estes se articulam com outros sujeitos expulsos a partir de outros estados. Apresentamos também dados que são relevantes sobre as prisões com fins de expulsão no período de 1928-1930. Por fim, apresentamos, de forma parcial, as diversas redes em que congregavam tais sujeitos. Neste capítulo, utilizamos fontes provenientes dos Livros de Registros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção de Porto Alegre, Processos de Expulsão, Livros de Sentenciados da Casa de Correção e dados retirados dos Relatórios dos Presidentes dos Estados (RS).

No segundo capítulo, analisamos a circulação e difusão das ideias higienistas e eugênicas propagadas por correligionários varguistas, sendo eles: Darcy Pereira de Azambuja, João Neves da Fontoura e Azevedo Amaral, discutindo quais eram as suas ligações com Vargas enquanto Presidente do Estado e posteriormente como Presidente do Brasil. Utilizamos como fonte as edições do jornal *A Federação*, onde foram publicados os discursos.

No terceiro e último capítulo desta dissertação nosso enfoque são os aparatos repressivos empreendidos pelo estado a fim de garantir a expulsão ou o impedimento da entrada de indesejáveis. Aventamos neste capítulo hipóteses relacionais com a postura varguista no Rio Grande do Sul e sua postura futura como presidente da nação. Para tanto, utilizamos como fontes os Relatórios dos Presidentes dos Estados (RS), correspondências policiais expedidas e recebidas e decretos estaduais.

Acredito ser importante ressaltar as dificuldades enfrentadas para a conclusão deste trabalho. Desde o início, esta dissertação foi construída em meio a minha vida profissional, não recebi nenhuma bolsa de pesquisa que possibilitasse a minha atenção integral a este trabalho, tendo em vista os enormes cortes orçamentários ocorridos no âmbito da educação e da ciência. Junto com o início da pandemia, iniciei também como professora efetiva, pela primeira vez, em uma escola da rede particular porto-alegrense, a alegria da contratação logo se transformou em desespero, quando me vi responsável por ministrar aulas para todas as turmas de Ensino Médio (cerca de 200 alunos) nas disciplinas de Ciências Humanas (História, Sociologia, Filosofia e Geografia), articulando todos os saberes em um modelo baseado em projetos, tendo em vista a adequação da escola em questão a Nova Base Comum Curricular (BNCC). O que desde o início me pareceu um desafio (no sentido positivo), se mostrou mais desafiador do que eu imaginava, tendo em vista o modelo *online* e depois híbrido, que a pandemia demandou.

Como já citado, a busca pelas fontes foi exaustiva, e para muito além das dificuldades enfrentadas normalmente na escrita de uma dissertação, esta foi produzida dentro de um contexto sanitário e social desolador. Fui, como muitos brasileiros (para não dizer a maioria) arrebatada por um volume de trabalho triplicado gerado pela migração forçada do ensino *online*, vi alunos e alunas perdendo familiares, vivi a angústia da doença que rondou minha família (neste caso não só a covid), junto da insegurança gerada por ter acesso aos arquivos e possíveis fontes deste trabalho disponíveis novamente quando ele já deveria estar sendo concluído. A conclusão desta dissertação, para além de uma

conquista acadêmica, é uma prova de sobrevivência física e mental de um período histórico sombrio e devastador.

A partir das próximas páginas, convido o leitor a percorrer meu percurso de pesquisa e adentrar nas histórias dos sujeitos que compõe esta dissertação. Desejo boa leitura.

CAPÍTULO I - RESSIGNIFICANDO FRONTEIRAS, TECENDO REDES: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESSÃO A IMIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL VARGUISTA

Atualmente as pesquisas desenvolvidas dentro do campo da história social e, neste caso, mais especificamente, aqueles que dizem respeito à expulsão de imigrantes, têm, em sua maioria, como ponto de partida de análise o eixo Rio-São Paulo, principalmente os casos de expulsão de imigrantes que se desenrolam nas capitais de tais locais. São trabalhos como os de Lená Medeiros de Menezes (1996) e de Sheldon Leslie Maram (1979) que se tornaram referência: o primeiro trata da expulsão de imigrantes na cidade do Rio de Janeiro e o segundo aborda a expulsão de imigrantes de São Paulo.

No entanto, reduzir as análises da expulsão de imigrantes a duas capitais faz com que as lacunas historiográficas sejam grandes, pois apesar de Rio de Janeiro e São Paulo se constituírem no início do século XX como importantes locais de concentração de imigrantes, outros estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, também o eram. Bretas (2018), ao se referir aos estudos que articulam crimes e imigração ao longo do período mencionado, destaca que muitos são os trabalhos que enfatizam o eixo Rio-São Paulo, dando pouco ou nenhum significado às demais capitais, diferenças que merecem ser melhor exploradas.

Para além das especificidades das políticas locais (que definiam por sua vez a perseguição), as formas de luta e organização operária não eram as mesmas, mas se inter-relacionavam. Silvia Petersen já nos chamou a atenção para fato de que

[...] em vários aspectos, parece não ser possível conceber a história operária como uma 'história regional', pois há processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional, não conseguem ser significados pelos pesquisadores. Neste caso, a interrelação de estudos regionais pode trazer uma melhor compreensão do peso relativo dos mesmos (PETERSEN, 1995, p. 133).

Neste capítulo, o objetivo é apresentar as possibilidades de conexão entre os militantes que circulavam no país, e que foram expulsos do território nacional, e como as discussões sobre a militância regional podem ser ampliadas a partir destas histórias de circulação de sujeitos. Trata-se aqui não de um estudo comparativo, mas um exercício de análise que visa estabelecer possíveis conexões entre as expulsões de imigrantes a nível nacional, a partir da análise de caso do Rio Grande do Sul. Além disso, objetivamos contextualizar o leitor na temática em que esta pesquisa se centra.

1.1. O CRIME DE RICO A LEI O COBRE; O ESTADO ESMAGA O OPRIMIDO: LEGISLAÇÃO E REPRESSÃO

Em 1906, Adolpho Gordo, deputado federal pelo Estado de São Paulo, eleito pelo Partido Republicano Paulista (PRP), lançava as bases de discussão na Assembleia Legislativa Nacional sobre a necessidade de haver uma lei que assegurasse a expulsão de elementos estrangeiros *nocivos à ordem pública e aos interesses da República*. O momento vivido naquele ano foi marcado pelas fortes mobilizações grevistas ocorridas em quase todo Brasil, em especial no Estado de São Paulo, embaladas pelas ideias anarquistas e libertárias e lideradas, sobretudo, por imigrantes identificados como fundadores das primeiras organizações classistas do país.

Porto Alegre, não diferente dos demais centros, vivia momentos de agitação social e tinha deflagrada a primeira greve geral do estado. A Greve dos 21 dias, como ficou conhecida, começando em uma marmoraria alemã, se espalhou pela capital e pelo interior. Cidades como Pelotas e Rio Grande, no sul do RS, aderiram de forma a gerar um número expressivo de operários em greve. Estimativas dão conta de que quase 3.500 operários se mantiveram em greve ao longo dos 21 dias. Reivindicavam direitos, o principal deles, jornada diária de 8 horas, que mais tarde se transformariam em conquistas da classe operária (SCHMIDT, 2005).

As greves que pipocavam nos centros fabris do país, sobretudo lideradas por anarquistas, geraram a fundação das primeiras federações de classe e, no Rio Grande do Sul, foi constituída, no ano de 1906, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). A entidade teve papel de destaque nos movimentos paredistas do estado ao longo das três primeiras décadas do século XX (PETERSEN, 2001). Em nível nacional, com o objetivo de agrupar interesses e somar as forças das federações operárias de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Porto Alegre, foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908 (TOLEDO, 2010)¹⁹.

A reação estatal, além do emprego da violência contra as manifestações, passou a discutir as possibilidades de um endurecimento da legislação, com o objetivo de frear a difusão das ideias anarquistas. Gordo, em 1907, consegue a aprovação da Lei 1.641, que impõe a expulsão de estrangeiros que atentassem contra a segurança nacional, com a seguinte redação:

¹⁹ Outros autores que discutem a temática são: Batalha (2000); Bilhão (1999; 2008); Fausto (2000); Loner (2001); Petersen e Lucas (1992).

Art. 1º - O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º - São causas bastantes para a expulsão:

1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2ª) duas condenações pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3ª) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

Art. 3º - Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro.

Art. 4º - O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os art. 1º e 2º.

Parágrafo único - A entrada não pode ser vedada aos estrangeiros nas condições do art. 3º, se tiver sido retirado da República temporariamente.

Art. 5º - A expulsão será individual e em forma de ato, que será expedido pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 6º - O Poder Executivo dará anualmente conta ao Congresso da execução da presente lei, remetendo-lhe os nomes de cada um dos expulsos, com indicação de sua nacionalidade, e relatando igualmente os casos em que deixou de atender à requisição das autoridades estaduais e os motivos da recusa.

Art. 7º - O Poder Executivo fará notificar em nota oficial ao estrangeiro que resolver expulsar, os motivos da deliberação, concedendo-lhe o prazo de três a trinta dias para se retirar, e podendo, como medida de segurança pública, ordenar sua detenção até o momento da partida.

Art. 8º - Dentro do prazo que for concedido pode o estrangeiro recorrer para o próprio poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciário Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Somente neste último caso terá efeito suspensivo.

Parágrafo único - O recurso ao Poder Judiciário Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo alegado, feita perante o juiz seccional, com audiência do ministério público.

Art. 9º - O estrangeiro que regressar ao território de onde tiver sido expulso será punido com pena de um a três anos de prisão, em processo preparado e julgado pelo juiz seccional e, depois de cumprida a pena, novamente expulso.

Art. 10º - O Poder Executivo pode revogar a expulsão, se cessarem as causas que a determinaram.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário (LANG, 2010).

A citação da Lei 1.641 é importante para termos um panorama dos objetivos do Estado quando de sua aprovação. Os debates sobre expulsão de imigrantes já eram frequentes desde os primeiros anos da República²⁰, mas é com esta lei de 1907 que pela primeira vez se determinam os mecanismos legais para a expulsão.

Dentre os 11 artigos da lei, alguns nos chamam especial atenção. O artigo primeiro, por exemplo, menciona que: *O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte*

²⁰ Carone (1984) cita um manifesto contra expulsão de imigrantes publicado em 1895.

ou de todo o território nacional. Mas o que seria comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública?

Sabemos que a primeira Lei de Segurança Nacional só foi promulgada no Brasil no ano de 1935 – tendo também sua relação com as agitações sociais daquele ano – e definindo as bases deste conceito. Portanto, chama a atenção o uso do termo segurança nacional, já nesta época. Tal conceito jurídico, antes de 1930, se faz importante pois é a partir dele que podemos delinear as concepções do Estado sobre o que era, ou quem eram, os sujeitos que comprometiam a segurança nacional e a tranquilidade pública.

Outra problematização válida é a do artigo 3º, que diz respeito às condições que impossibilitariam a expulsão de imigrantes. O artigo cita como motivos para a permanência em território nacional: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro. A questão de gênero é explícita: o Estado desconsiderava a ação política ou contraventora da mulher, e os ideais de feminilidade e de domesticidade são reforçados, mesmo que sutilmente. A respeito, salientamos que a mulher foi por muito tempo desconsiderada inclusive pela historiografia, ficando invisível principalmente nos estudos sobre trabalho e crime²¹, reforçando os estereótipos da feminilidade dócil e maternal.

Mesmo com as medidas repressivas adotadas pelo Governo Federal em 1907, a fim de coibir as manifestações de rua, as greves e principalmente as sabotagens, marca registrada da ação direta anarquista, continuaram – e cada dia mais expressivamente – as mobilizações grevistas em todo o país. Maram (1979) destaca que, em discurso no Congresso, o deputado Adolfo Gordo responsabilizou vinte e seis sociedades anarquistas pelas greves que ocorriam no Estado de São Paulo. Para combater as ondas grevistas, Gordo mais uma vez apresentou um novo projeto para eliminar critérios presentes na lei de expulsão de 1907. O projeto passou rapidamente pela Câmara e pelo Senado Federal, tornando-se lei em janeiro de 1913.

Bonfá (2008), em seu estudo sobre as leis de expulsão no Brasil, atribui a modificação na legislação a três fatores: o aumento das agitações operárias ocorridas na cidade e no campo, as constantes campanhas da Confederação Operária Brasileira (COB) contra as leis de expulsão e com o intuito de atrapalhar o fluxo imigratório e o grande

²¹ Estudos pioneiros como *A classe operária tem dois sexos*, de Elizabeth Lobo (1991), impulsionaram as pesquisas sobre mulheres e suas relações com os mundos do trabalho e a criminalidade, que nos últimos anos cresceram de forma expressiva, podemos citar em especial os trabalhos de Peçanha (2018), Fraccaro (2016) e Santos (2018).

volume de *habeas corpus* impetrados a favor dos imigrantes com residência fixa no território brasileiro.

A grande inovação da lei de janeiro de 1913 foi a exclusão do critério de residência. O objetivo era impossibilitar a soltura por meio de *habeas corpus*, tendo em vista que, independentemente do tempo de residência em solo nacional, a lei permitia que a expulsão se efetivasse.

O ano de 1917 foi marcado pela grande escassez dos gêneros de primeira necessidade e sua consequente inflação, que se fazia presente no cotidiano das famílias operárias de todo o Brasil²², devido à Primeira Guerra Mundial. Isto, somado aos desdobramentos da Revolução Russa, acirrou os ânimos sociais²³. A primeira greve geral do país foi deflagrada em julho daquele ano, tornando-se o movimento grevista mais expressivo da primeira metade do século XX. A partir dele, novas greves de igual teor foram desencadeadas nos anos de 1918, 1919 e 1920.

Castellucci, ao analisar as greves ocorridas no período de 1917-1919, em um estudo comparativo entre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador, enfatiza que, apesar das semelhanças (principalmente sobre as motivações que impulsionaram os movimentos paredistas), esses foram “protagonizados por trabalhadores com perfis sócio-ocupacionais e étnico-nacionais diferentes” (2019, p. 293) e definiram de alguma forma as mudanças entre as negociações que passaram a ocorrer entre a classe trabalhadora, o Estado e os patrões. Os diferentes perfis étnicos-nacionais que circundam as relações trabalhistas enfatizados por Castellucci também são perceptíveis de forma marcante nas fontes com as quais nos deparamos em nossa pesquisa.

No ano de 1921, houve mais uma alteração na legislação sobre a expulsão de imigrantes, sendo marcante também a inserção de regras para a entrada de estrangeiros.

²²A greve geral de 1917 está intimamente ligada à Primeira Guerra Mundial. Devido ao conflito europeu, alguns gêneros alimentícios passam a ser exportados para os aliados, o que causa uma escassez de produtos e o consequente aumento de preços. Desta forma, a escassez alimentar, somada à desvalorização do salário dos operários, passa a ser uma frequente na vida das famílias operárias brasileiras, sendo esse um dos estopins da greve geral. Para saber mais sobre a alta de preços e sobre as condições de vida das famílias operárias em Porto Alegre, ver: Silva (2010).

²³“A Revolução Russa em particular, mas todo o desenvolvimento da Revolução Socialista Internacional, exerceu um forte efeito catalisador nas lutas da classe operária brasileira, assim como na de outros países, ao mesmo tempo em que ensejou divergências, à medida que envolvia o processo revolucionário e que as notícias e informações ficavam mais próximas da realidade (DEL ROIO, 2007, p. 63). Segundo Del Roio (2007, p. 65) alguns jornais no país taxaram Lenin e os bolcheviques como “agentes alemães” pela retirada da Rússia da Primeira Guerra. A desinformação era generalizada, por vezes foi anunciada a prisão ou morte de Lenin e a derrota dos bolcheviques.

É provável que as ondas grevistas dos anos anteriores ao da aprovação do Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921, associadas à pandemia da gripe espanhola, em 1918, sejam as motivações das alterações legislativas.

Na nova legislação, destacamos o artigo primeiro:

Art. 1º É lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no território nacional:
1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;
2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave;
3º, de toda estrangeira, que procure o país para entregar-se à prostituição;
4º, de todo estrangeiro de mais de 60 anos.
Parapho unico. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no país salvo os portadores de moléstia contagiosa grave:
a) Si provarem que teem renda para custear a própria subsistencia;
b) Si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial²⁴.

Se é possível, como já mencionado, pensar que a alteração da legislação ocorreu devido às greves operárias dos anos que antecedem 1921 e a pandemia da gripe espanhola, outras hipóteses podem ainda ser levantadas. Entre elas está o alinhamento da legislação com as teorias eugenistas e de criminologia positiva, em voga no período. A proibição de entrada de imigrante “portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave” pode ser interpretada como uma medida de contenção de uma doença que, naquele momento, afetava o mundo. Mas, por outro lado, pode ser vista como uma medida de “limpeza social”.

A Primeira República foi fortemente marcada pelas teorias eugenistas. Cesare Lombroso, médico italiano, inaugurou os estudos sobre o que ficou conhecido como criminologia positiva, campo que visava identificar características antropométricas tendo como objetivo explicar biologicamente a natureza criminosos daqueles identificados como delinquentes. As teorias lombrosianas foram intensamente acolhidas no Brasil, tanto por parte da academia (principalmente nas faculdades de direito e medicina), quanto por parte do Estado, influenciando diretamente nas instituições de controle social (em especial a polícia e as penitenciárias). Lilia Schwarcz (2016), ao analisar a evolução das teorias raciais no país, atenta que a partir dos anos 1920, os problemas da nação começam a ser atribuídos à higiene e às questões sociais, e não mais apenas às questões étnicas ou raciais.

²⁴ Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-norma-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Deste modo, higienizar o país e educar o povo seria o caminho para corrigir sua natureza desviante. Este discurso estava presente na nova legislação, que apontava para a proibição de entrada do imigrante que fosse: “mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave”. No parágrafo único da lei, é evidente a preocupação em proibir a entrada de “portador de moléstia contagiosa grave”, ao mesmo tempo que anulava a proibição da entrada dos demais, no caso de:

- a) Si provarem que teem renda para custear a própria subsistencia;
- b) Si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Tal passagem explicita o critério de renda. O Estado republicano pretendia higienizar a nação, no seu constante esforço de firmar os símbolos nacionais. Nesse momento, a passagem da “Internacional Comunista”, canção que habitava o universo militante²⁵, e que dá nome a este subcapítulo, parece por fim fazer sentido. A higienização social não é para todos, mas especialmente os pobres são aqueles que devem ter seus corpos e vidas higienizados e docilizados. Compreendemos aqui, baseados nos escritos de Becker (2008), que o desvio dos comportamentos nesse sentido não reside somente no ato desviante, mas sim na interação entre quem o comete e aqueles que reagem a ele, neste caso em específico, o Estado.

Outro ponto que merece destaque é a inserção da proibição de mulheres imigrantes que “procure[m] o paiz para entregar-se á prostituição”. Se antes, a mulher não era citada como elemento pernicioso à ordem pública, as crescentes casas de prostituição, chefiadas e mantidas por mulheres imigrantes (MATOS, 2010), que se espalharam por todo país ao longo do século XX, passam a ser uma preocupação do Estado.

Na documentação referente à Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção de Porto Alegre entre os anos de 1928-1935, três mulheres aparecem entre os imigrantes presos e expulsos, enquanto temos, em contraste, o número de 63 homens. Apesar de

²⁵ A década de 1920 é marcada pela consolidação das ideias comunistas entre os proletários brasileiros, tendo em vista a vitória revolucionária em 1917 e a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua repercussão em todo o mundo. Em 1922 é fundado o Partido Comunista no Brasil e os signos comunistas se popularizam ainda mais. Podemos citar a expressividade dos signos da Revolução Russa e também da Revolução Francesa nas comemorações do 1º de Maio. Batalha (1991) coloca que, semelhante a outros países, no Brasil a ritualização das práticas desse movimento se impôs a medida em que suas formas de organização se consolidaram.

pouco expressivo o número de mulheres, é evidente que elas estavam, também, na mira dos órgãos de controle social.

Em relação ao período que a presente dissertação analisa não constamos nas fontes utilizadas a citação de nenhuma das leis de expulsão até aqui apresentadas. No entanto, compreendemos que a evolução jurídica e as transformações dessa legislação ao longo do tempo culminam na sua inserção na Constituição Federal, marcando, assim, a introdução do que entendemos ser uma política permanente²⁶.

A partir do ano de 1926, a Constituição Federal é alterada em seu Artigo 72, parágrafo 33, passando a constar: *É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República*. É notável o alargamento gigantesco na legislação constitucional, quase inexistindo qualquer precedente na Carta de 1889 para a efetiva expulsão dos sujeitos imigrantes. Assim, é importante citar tal alteração na legislação e deixar claro seu conteúdo, pois as fontes aqui analisadas referem-se, sobretudo, a este artigo constitucional.

1.2 RESSIGNIFICANDO FRONTEIRAS: A EXPULSÃO ILEGAL E O RIO GRANDE DO SUL

Poucos, ou quase inexistentes, são os processos que apresentam réus que residiam no momento de suas prisões no Rio Grande do Sul. No entanto, diversos são os registros de indivíduos presos e expulsos do território nacional a partir do estado, apesar das lacunas na documentação. É provável que o rito jurídico não fosse seguido à risca, como podemos observar em outros estados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Este debate foi amplamente realizado por Maram (1979) e por Menezes (1996). Os autores inclusive citam a prática de expulsão de imigrantes do território nacional sem a abertura de processos, em geral baseados em jornais operários que denunciavam tais práticas. No entanto, apesar de aventar hipótese através das fontes jornalísticas, não apresentam outras evidências documentais que levassem a novas pistas da veracidade de tais fatos.

²⁶ Foram utilizadas as seguintes fontes: Livros de Registros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção de Porto Alegre (sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) e Processos de Expulsão de Estrangeiros (sob guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

No Rio Grande do Sul parece haver uma espécie de ressignificação do processo de expulsão de imigrantes, visto ser corriqueiro e quase regra que os presos tenham sido “entregues a uma guarda afim de seguir para Uruguaiana ” ou “entregues a uma guarda afim de seguir para Livramento”²⁷, como é mencionado nos processos. Essas citações, sendo a primeira cidade fronteiriça com a Argentina e a segunda, fronteiriça com o Uruguai, podem nos indicar a realização da expulsão arbitrária, uma vez que os imigrantes considerados *perniciosos* não foram deportados para os seus países de origem.



Imagem 1 – Em destaque Porto Alegre, cidade onde estava localizada a Casa de Correção, Uruguaiana cidade que faz fronteira com a Argentina e Santana do Livramento que faz fronteira com o Uruguai, para onde os presos eram enviados. Fonte: captura de tela e edição própria.

Preliminarmente é possível traçar, através do levantamento de tais dados, uma rede muito mais complexa na forma de operação do PCB, do que a simples atuação do partido em âmbito regional. Se pensarmos em uma estrutura piramidal, tendo o Comitê Central do Partido como seu topo e os Comitês Regionais como braços menores, e que cada regional possuía também seus tentáculos, provavelmente a circularidade de pessoas não seria tão dinâmica quanto o até aqui apurado. Peixoto (2006), em seu trabalho sobre o Partido Comunista e a atuação do BOC no Rio Grande do Sul, cita o caso de um imigrante português militante que residia na cidade de Santos (SP), fugindo de uma possível prisão e da latente ameaça de expulsão, e que acabou por vir para o Rio Grande do Sul e fundou uma célula do BOC na cidade de Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai. A fundação de uma célula do BOC em região de fronteira pode ser uma das

²⁷ Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre, n° 2 (set. 1926/mar.1928), n° 4 (jul. 1929/dez. 1930), n° 5 (ago. 1930/set. 1932). Fundo Polícia, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

hipóteses que explicam a expressiva quantidade de imigrantes uruguaios expulsos do território nacional²⁸.

Se é notável as redes de contato e luta crivadas no seio do movimento operário, é de se esperar também que os mecanismos repressivos se fizessem complexos e diversos, atuando em formatos não “parelhos” e unitários dentro da esperada burocracia estatal. A organização destes aparatos e principalmente a linha tênue que separava as expulsões legais das ilegais ainda carecem de mais estudos e debates, não só em âmbito regional.

Nem todos os *indesejáveis* que se encontravam presos no Rio Grande do Sul e deportados são autuados por questões ideológicas, como é o caso de Manoel Garcia e Justa Garcia, cônjuges acusados de aplicar diversos golpes e roubos. Presos em São Paulo, são remetidos ao Rio de Janeiro para aguardar a tramitação da expulsão, sendo depois transferidos para o Rio Grande do Sul a fim de serem levados até a fronteira com o Uruguai e, por fim, expulsos do território nacional. Essas sequências de tramitações e articulações institucionais demonstra uma complexa rede policial, judiciária e também diplomática. E que podem ser pistas para a compreensão dos casos de expulsão arbitrárias que ocorriam em todo o país.

O mesmo acontece com Sergius Von Popow, russo, jornalista da Cruz Vermelha, que foi preso em São Paulo em 3 de junho de 1930 acusado de envolvimento com atividades comunistas, sendo posteriormente remetido à cadeia do Rio de Janeiro onde aguardou a finalização do seu processo de expulsão. Em 20 de agosto de 1930 foi enviado a Porto Alegre, onde ficou preso na Casa de Correção e, desta, foi entregue em 24 de agosto de 1930 a uma guarda que o conduziu até Uruguaiana a fim de efetivar sua expulsão. O que chama atenção é que, diferente de Justa e Manoel Garcia, que eram uruguaios provenientes de Montevideo (o que justificaria a expulsão pelo Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista suas fronteiras), Sergius era russo²⁹.

Ao longo dos anos 1928-1935, segundo dados levantados por mim nos Livros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção de Porto Alegre (os que resistiram ao tempo) cerca de 66 sujeitos foram expulsos do Estado do Rio Grande do Sul, ou por aqui passaram a fim de serem expulsos. Destes livros podemos apurar os seguintes dados:

²⁸ Acreditamos que uma das possibilidades de sanar esta lacuna seria a articulação de pesquisas que estudam o PC uruguaio e suas relações com o PC sul rio-grandense, esta é uma análise que ainda está por ser feita.

²⁹ O caso de Sergius nos ajuda a compreender, além de expulsão arbitrária, a construção da personificação do “perigo vermelho” no discurso do Estado, discussão que será aprofundada no próximo capítulo.

Tabela 1 – Motivos de expulsão de imigrantes do Rio Grande do Sul (1928-1935)

MOTIVO*	QUANTIDADE DE SUJEITOS
Indesejável	14
Pernicioso/Comunista	21
Elemento Perigoso	02
Cáften	08
Proxenetista	02
Lenocínio	01
Não consta o motivo da expulsão	18
Total geral	66

Fonte: Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre, nº 2 (set. 1926/mar. 1928), nº 4 (jul. 1929/dez. 1930), nº 5 (ago. 1930/set. 1932), nº 6 (jul. 1932/out. 1933), nº 7 (out. 1933/ set. 1935) e nº 8 (ago. 1934/jun. 1937). Fundo Polícia, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

*Adotamos a terminologia “motivo”, pois, dentro dos fundos documentais judiciários, tal palavra remete quase que automaticamente ao crime cometido e, desta forma, ao “motivo da prisão”. Esta nomenclatura é utilizada até hoje nos órgãos policiais, judiciários e penitenciários.

Tabela 2 – Nacionalidade dos imigrantes expulsos do Rio Grande do Sul (1928-1935)

NACIONALIDADE	QUANTIDADE DE SUJEITOS
Uruguaio	13
Brasileiro	13
Russo	8
Italiano	5
Polonês	4
Argentino	4
Francês	3
Austríaco	2
Chileno	2
Grego	1
Espanhol	1
Belga	1
Romeno	1
Não Consta Nacionalidade	8
Total Geral	66

Fonte: Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre, n° 2 (set. 1926/mar. 1928), n° 4 (jul. 1929/dez. 1930), n° 5 (ago. 1930/set. 1932), n° 6 (jul. 1932/out. 1933), n° 7 (out. 1933/ set. 1935) e n° 8 (ago. 1934/jun. 1937). Fundo Polícia, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ao analisarmos as tabelas de forma superficial, um dos dados que mais chama a atenção é que os motivos que levavam a expulsão eram em sua maioria associados com questões políticas, como mostram as duas primeiras linhas da tabela 1. Estes motivos políticos não ficam claros, mas as terminologias adotadas para classificar os indesejáveis e perniciosos, por vezes vinham acompanhadas de: /comunista. Não é possível afirmar que de fato, todos os presos e categorizados pelas forças policiais desta forma, eram de fato atuantes dentro do partido comunista. No entanto, isto demonstra que qualquer possibilidade de ameaça do “perigo vermelho” deveria ser identificada e catalogada nos livros policiais.

Outra questão interessante, constatada a partir dos dados da tabela 2, é a presença de nacionais entre os expulsos. Demonstrando mais claramente o caráter arbitrário da ação do Estado, que patrocinou inclusive a criação de Colônias Penais, como a de Clevelândia no Oiapoque. Segundo Romani,

A repressão mais intensa ganhou corpo quando o governo Bernardes decidiu desterrar esses indesejáveis como forma de impedir o sucesso dos inúmeros pedidos de *habeas corpus* impetrados em favor das pessoas arbitrariamente presas. Prudentemente, o presidente decidiu deportá-los e confiná-los em locais inóspitos e isolados, de difícil acesso e de impossível defesa jurídica, protelando indefinidamente as detenções efetuadas sem nenhum amparo legal e muitas vezes sem a existência sequer de processos correntes na justiça (ROMANI, 2003, p. 155).

Esta prática continuou sendo amplamente utilizada pelo Estado até por volta dos anos 1950. Com o início da República, novos limites sociais são demarcados e passa a existir a necessidade da adequação aos padrões burgueses pelas classes populares. Os limites entre o aceitável e o inaceitável dentro dos padrões sociais ficaram cada dia mais estreitos e circunscritos. Em fins do século XIX e conforme o século XX avança, passa a existir uma crescente desilusão das elites com a imigração, principalmente no que se referia ao seu projeto “civilizacional” (FERLA, 2005). Neste momento, o conceito de *classes perigosas* é adotado pelo estado para delimitar as fronteiras sociais e assegurar o projeto civilizatório e higienizador³⁰.

³⁰ Chalhoub (2006, p. 20-29), ao explicar os mecanismos repressivos e de desmonte das moradias populares (cortiços) no Rio de Janeiro no final do século XIX, demonstra que as “classes perigosas” ou “classes

Os trabalhos até aqui efetivados sobre a temática trazem dados complexos, como, por exemplo, os navios onde estes imigrantes embarcaram. Por mais que o Estado vestisse uma roupagem garantista como se seguissemos ritos jurídicos, se observamos a documentação com mais rigor, estes poucos casos já nos indicam um panorama diverso do esperado pela ação estatal.

Ao analisarmos preliminarmente os Livros de Condenados da Casa de Correção de Porto Alegre – que se encontram sob a guarda do Museu da Polícia Civil Dr. José Faibes Lubianca – é possível encontrar diversos imigrantes presos e condenados a cumprimento de pena, por delitos como homicídio.

Becker coloca que “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele” (2008, p. 25). As perguntas que nos veem a mente são: no Brasil da Primeira República, ser um imigrante homicida é menos grave, ou mais aceitável socialmente do que ser um comunista? Ser homicida é mais aceitável do que aplicar golpes contra a propriedade privada, assim como Manoel e Justa Garcia supostamente faziam?

Para além da natureza do crime cometido, o que parece interessar para os órgãos de repressão é quem o pratica, ou melhor, em que categoria social esse sujeito é incluído. Neste sentido, ser judeu, comunista e imigrante (principalmente do Leste Europeu) conflita com os ideais de imigração higienizadora e por consequência se opõe ao modelo imigrante esperado pelo estado e pelas classes burguesas, como já citado anteriormente.

A história dos de baixo, aqui exemplificada em forma de expulsão, exclusão e caça ao imigrante, ajuda a compreender um contexto muito maior onde se inserem diversos fatores político-sociais de uma época, como a xenofobia latente do período pós-guerra, as transformações no campo jurídico brasileiro, a especialização do Estado, entre tantas outras.

Discutir as linhas de atuação destes sujeitos, suas vidas e formas de organização política é também deixar visível os fios que se emaranham nesta rede complexa da vida militante. Para além da repressão política e policial que se estabelece sobre o corpo daqueles que militavam, é possível compreender as nuances da atuação partidária e como elas se entrelaçavam com o cotidiano das pessoas em determinada época. Nas palavras

pobres” eram sinônimos de decadência moral, vícios e criminalidade de todo tipo. Com frequência, os termos são utilizados nas documentações da época, para exemplificar quais os motivos de despejos e repressões policiais de todo tipo. O autor salienta, que o termo é inicialmente cunhado para designar aqueles que de alguma forma já haviam estado na prisão, mas que com o decorrer do tempo e de seus usos, as “classes perigosas” eram associadas a qualquer grupo social pobre e à margem da organização burguesa.

de Savage, “[...] são as redes em que as pessoas são inseridas que explicam como coletividades se formam, como elas se desenham, como indivíduos estão aptos a estabelecer contatos e mobilizar recursos” (2011, p. 18).

Entrecruzar todas as possibilidades de articulação em rede destes sujeitos é propor uma discussão que pode apontar novos caminhos nas análises que relacionam a expulsão de imigrantes, a expulsão ilegal (ou por meio não oficial) e as tentativas por parte do Estado de desarticulação de movimentos sociais e organizações de esquerda, que hoje voltam a ser pauta. Além disto, nomear os locais de passagem destes militantes ao longo da vida, suas passagens pelos comitês partidários de diversos estados e cidades, seus deslocamentos por fábricas, comícios, locais de reunião (sejam políticas, de lazer ou sociabilidade cotidiana) e presídios, pode ser um passo relevante para a articulação das pesquisas inter-regionais.

1.3 O PROJETO ESTATAL DE HIGIENIZAÇÃO ABALADO: O MAU IMIGRANTE

Compreender a organização estatal em torno da repressão aos movimentos sociais, ou mesmo ao combate ao crime, caracterizada sobre a forma da prostituição, dos jogos de azar e do tráfico de drogas, nos anos que antecedem o golpe de 1930, é importante para entendermos em um primeiro momento como as políticas repressivas se organizaram para culminância da especialização policial. Para Cancelli,

[...] a reestruturação completa de todo o serviço policial e a internacionalização das ações repressivas com a implementação da violência aberta como instrumento de política não representaram apenas uma especialização ou intensificação do que já acontecia antes de 1930, mas sim uma transformação do sentido da prática da violência como instrumento da política e de suas instituições (1999, p. 313).

O estrangeiro podia ser sinônimo da modernização e do progresso ou visto como um elemento perturbador da ordem social (SILVA, 2010). A classificação por parte dos agentes estatais dos imigrantes, no período aqui analisado, pode ser dividida em dois pares. O primeiro como espontâneos/subsidiados, que dividia aqueles imigrantes que se instalavam com recursos próprios dos que acabavam por receber benefícios do governo brasileiro. O segundo grupo foi dividido entre os desejáveis/indesejáveis, ou seja, aqueles que deveriam ser estimulados a imigrar e os que deveriam ser proibidos (RAMOS, 2007).

No Rio Grande do Sul, enquanto tínhamos entre os “bons homens estrangeiros”, aos olhos das elites, figuras destacadas como A. J. Renner, Otto Ernest Meyer, os irmãos

Neugebauer e Johann Gerdau³¹, uma parcela considerável dos imigrantes não era vista e prestigiada da mesma forma. Esses *indesejáveis* são parte dos imigrantes invisibilizados pela história e é sobre eles que esta pesquisa se centra.

O Relatório do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul de 1929 (p. 34), que é referente ao ano de 1928, possui uma breve menção à caçada aos indesejáveis: “Continuam em pratica as mais severas medidas contra os jogos de azar, proxenetismo, porte de armas, entrada de indesejáveis e venda de tóxicos”³². O Relatório referente ao ano de 1929 repete a mesma frase. Os relatórios dos anos seguintes não se encontram disponíveis³³.

Em relação a esta fonte, importante salientar que os relatórios disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional são resumos dos relatórios emitidos originalmente, já que estes eram encaminhados diretamente ao Presidente da República. Convém mencionarmos que os originais possuem dados mais completos; entretanto, o único relatório completo que localizamos referente ao Rio Grande do Sul é do ano de 1928 e revela um total de 12 expulsos do território nacional. O mesmo relatório possui os seguintes dados sobre a prisão de imigrantes no Estado naquele ano:

Tabela 3 - Estrangeiros presos no Rio Grande do Sul ao longo do ano de 1928

Uruguaios	41
Italianos	17

³¹ Antônio Jacob Renner não era propriamente imigrante, mas sim neto destes, no entanto, o pertencimento germânico do industrial o fazia ser visto como alemão e ele próprio sentia-se assim. Sobre os empresários teutos que compunham a elite porto-alegrense do início do século XX: Otto Ernest Meyer foi aviador da força aérea alemã e imigrou para o Brasil a fim de fundar uma companhia aérea de capital nacional. A Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG) foi fundada no ano de 1926 na cidade de Porto Alegre, sendo uma das primeiras companhias aéreas brasileiras, sua fundação e história é cercada de diversos fatos inusitados, incluindo a possível espionagem que a companhia realizava em prol do governo nazista. Os irmãos Franz, Ernest e Max Neugebauer e o amigo Fritz Gerhardt fundaram no ano de 1891, também em Porto Alegre, a Neugebauer Irmãos & Gerhardt, uma das primeiras fábricas de chocolates e caramelos do Brasil. Johann Gerdau, ao imigrar da Alemanha, estabeleceu-se no interior do Rio Grande do Sul com um armazém de secos e molhados, prosperou nos negócios comerciais, adquiriu no final do século XIX, junto de seu filho Hugo, uma fábrica de pregos na cidade de Porto Alegre. Tal empreendimento foi transformado em uma marcenaria, mais tarde, quando Curt Johannpeter (também imigrante alemão e casado com uma das filhas de Hugo) entra como sócio, a fabricação de móveis foi substituída pela metalurgia, dando início ao maior conglomerado de indústrias metalúrgicas da América Latina, e que até hoje se encontra em atividade. Ver: Fortes (2001).

³² É interessante citar, sobre a venda de tóxicos, que eram expressivas as apreensões, na Casa de Correção de Porto Alegre, de sujeitos envolvidos com o tráfico de cocaína ao longo dos primeiros anos do século XX. Sobre os Relatórios, é possível a consulta completa em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/72050>. Acesso em: 18 abr. 2020.

³³ Entendemos que houve uma alteração na forma de relato para o Governo Federal após a Revolução de 1930, já que nenhum Estado possui relatórios após o ano citado.

Alemães	6
Espanhóis	2
Argentinos	2
Portugueses	2
Poloneses	2
Russo	1
Iugoslavo	1
Húngaros	1
Total	75

Fonte: Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (RS, 1929, ano base 1928). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Estes dados, apesar de 1928 ser um ano tranquilo, tendo em vista que não houveram grandes agitações sociais, servem para termos um panorama preliminar dos encarceramentos de imigrantes.

Mas, quem seriam estes sujeitos? Quais as motivações de seus encarceramentos? Porque certas nacionalidades, como alemães, italianos e uruguaios, mostram-se em termos de número, mais presentes? Outras fontes, exploradas a seguir, podem nos ajudar a sanar parte destas questões, ao mesmo tempo que colaboram para a formação de novas indagações.

Apesar de existirem diferenças quanto o período de produção e os conteúdos das tabelas 2 e 3, já que a primeira possui os dados produzidos no período temporal de 1928 a 1935 e contém a nacionalidade dos presos e a segunda é composta por dados referentes à prisão de imigrantes no ano de 1928 (é importante sinalizar que nem todo imigrante preso era, por sua vez, expulso), algumas comparações são possíveis, já que ambas se referem à nacionalidade. Chama a atenção que algumas nacionalidades se alteram, quando os fatores volume de crimes ou contravenções cometidas x motivos para a expulsão são comparados. Se a tabela 2 nos indica que no ano de 1928 os alemães (6), italianos (17) e uruguaios (41) são os mais encarcerados, a tabela 3 indica que italianos (5), russos (8) e uruguaios (13) são por sua vez os que mais sofrem com a expulsão.

Fica evidente a introdução na tabela 2 de nacionalidades provenientes do Leste Europeu, como russos (8), poloneses (4) e romenos (1), enquanto os alemães, apesar de aparecerem em quantidade significativa na tabela 1, desaparecem dos dados referentes à expulsão. Desta forma, alguns questionamentos surgem, como: porque o número de

uruguayos é tão expressivo (quase destoante) em ambas as tabelas? Por quais motivos algumas nacionalidades estão presentes em uma das tabelas e na outra não? Que tipos de ameaças os imigrantes do leste europeu poderiam representar para a “ordem pública”? E ainda, quais causas podem explicar o “desaparecimento” dos alemães? Sobre estes questionamentos, algumas hipóteses são levantadas a seguir.

1.4 O MAU IMIGRANTE OU A CAMPANHA CONTRA OS COMUNISTAS

A edição do dia 12 de abril de 1930 do jornal porto-alegrense *Diário de Notícias* estampava a seguinte manchete: *A campanha contra o Comunismo*. A notícia seguia assim:

A polícia desta capital remeteu para o Rio de Janeiro cinco propagandistas dessa doutrina. Um deles veio especialmente da Rússia para infiltrar suas idéias entre os operários locais. Todos esses indesejáveis vão ser expulsos do território nacional (PETERSEN, 1992, p. 318).

O que o jornal parecia desconhecer, ou omitir, é que não apenas um dos imigrantes presos era russo, mas quatro dos cinco sujeitos encarcerados neste dia pela 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia de Porto Alegre eram da nacionalidade citada. O discurso jornalístico que anuncia a prisão dos imigrantes protagonistas desta história apresentava um cunho visivelmente anticomunista. Ele pode ser compreendido como o produto de uma época onde o Estado brasileiro, logo após a Revolução Russa de 1917, adicionando os ingredientes do nacionalismo e do catolicismo, disseminou a teoria do perigo vermelho, criando o estereótipo do comunista. Tal movimento não foi exclusivamente brasileiro, mas estava atrelado aos ideais capitalistas de todas as nações, com especial destaque aos Estados Unidos³⁴.

Pouco mais de um mês depois, em 30 de maio de 1930, embarcaram para os seus países de origem os imigrantes: Simão Borodin, Marcos Piatigorsky, Leon Piatigorsky, Nicolau Artzvenco, Manoel Garcia e Pelayo Gil Ribas. Em comum eram apontados como “elementos nocivos a sociedade e prejudiciais aos interesses da República”, ou apenas “indesejáveis”.

A análise deste caso específico de expulsão pode nos ajudar a compreender quem eram estes sujeitos e quais os conflitos nos quais os imigrantes sujeitos à expulsão

³⁴ Sobre o anticomunismo no Brasil e a construção do Perigo Vermelho, ver: Motta (2002).

estavam envolvidos no final da Primeira República. Assim, vamos analisar mais detidamente os envolvidos no inquérito de número 85, aberto no dia 4 de abril de 1930 pela 4ª Delegacia Auxiliar do Distrito Federal, atualmente sob guarda do Arquivo Nacional com número de registro IJJ7/172. É relevante notar que sobre o rito jurídico, em um primeiro momento, os processos de expulsão eram abertos como inquérito policial, em um segundo momento, findada a investigação, tal inquérito era remetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde ganhava caráter processual e, a partir daí, começavam as mobilizações para a efetivação da expulsão.

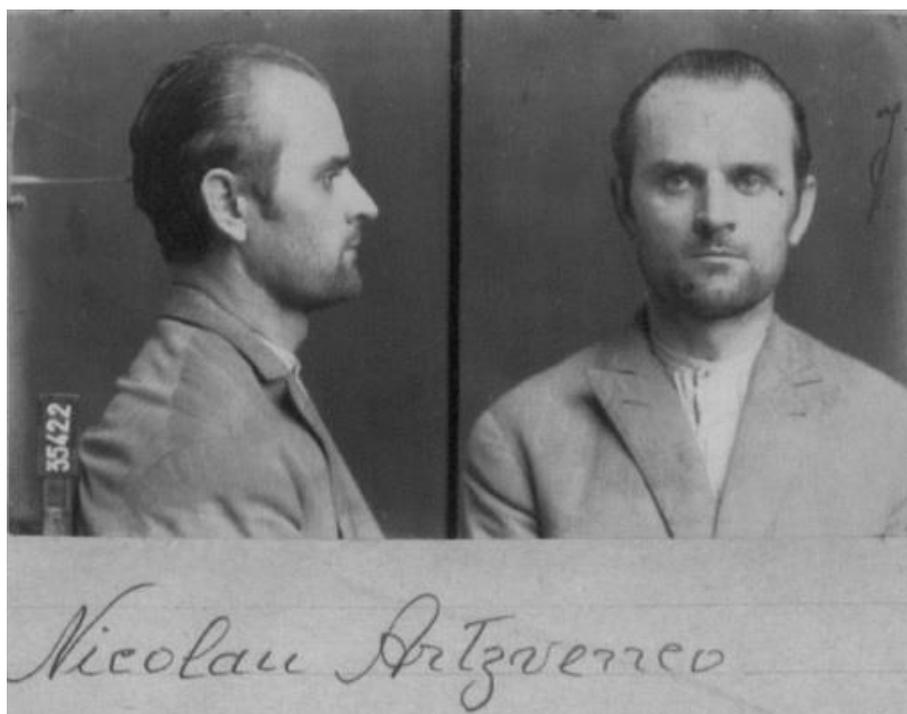


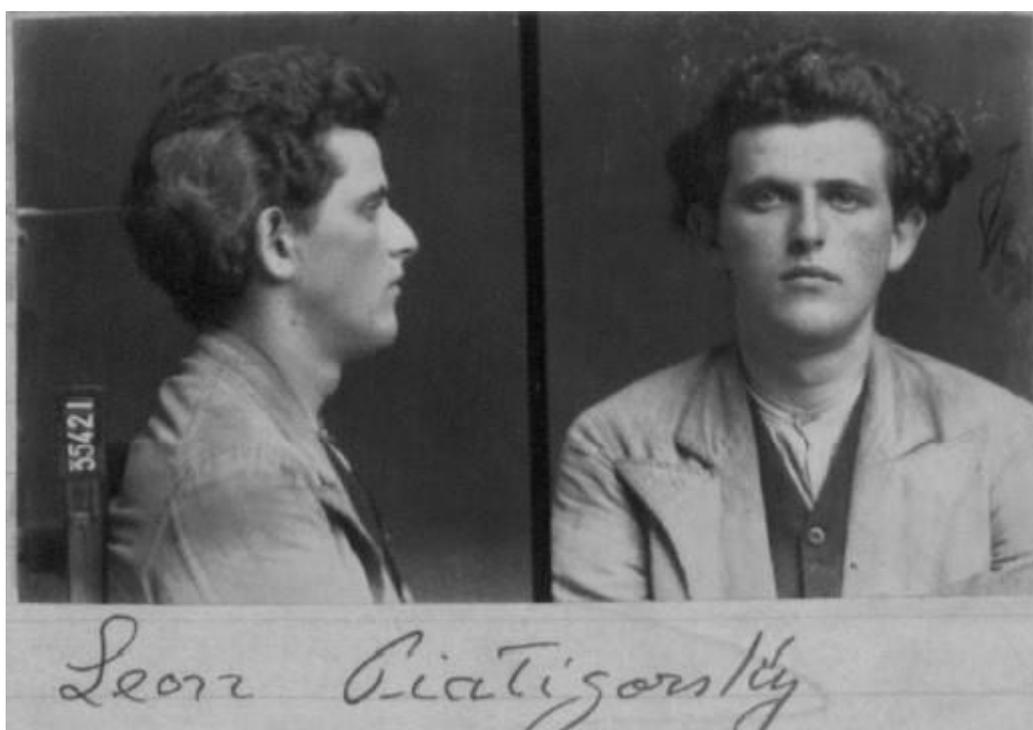
Imagem 2 – Nicolau Artzvenco. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro nº 35422).

Nicolau Artzvenco, russo do Cáucaso, 30 anos de idade, solteiro e dentista de profissão, era residente na Rua Conceição, número 404. Em sua declaração colhida pela 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia de Porto Alegre, no dia 26 de fevereiro de 1930, dizia ter chegado ao Brasil em 1913, onde seguiu fixando residência com sua família em Santa Rosa e posteriormente em Santo Angelo. Assumiu ser filiado ao Partido Comunista desde 1926, após ter tido contato com o líder comunista Salomão Grindberber, chegando a ser membro do Comitê Regional e que estava ajudando os companheiros com a propaganda dos candidatos do Bloco Operário e Camponês (BOC) na eleição daquele ano (1930).

O BOC foi um braço de atuação do Partido Comunista do Brasil, criado em janeiro de 1927, com o objetivo de assegurar a participação do PCB, naquele momento na clandestinidade, nas eleições e na vida política “oficial”. As atividades do Bloco foram encerradas logo após as eleições de 1930, ano de forte repressão que impossibilitou a propaganda política. A única vitória expressiva do Bloco foi a eleição, em 1928, dos vereadores Minervino de Oliveira e Octávio Brandão, ambos operários, para a Intendência Municipal do Rio de Janeiro (PEIXOTO, 2006).

No Rio Grande do Sul, sua sede localizava-se à Praça Parobé, número 12, Centro de Porto Alegre. Endereço este utilizado também como sede da Confederação Geral do Trabalho (CGT). As fontes apontam que o local era ponto de encontro conhecido e frequentado por diversos militantes e intelectuais porto-alegrenses, já que anteriormente abrigava a Liga Pró-México Anti-imperialista, instituição conhecida entre os comunistas e fundada com o objetivo de fazer frente a interferência dos Estados Unidos no México, além de promover debates literários e culturais dirigidos à classe trabalhadora (MARTINS, 2012).

O depoimento de Nicolau terminava com a seguinte frase: “[...] que o declarante actualmente se acha disposto a abandonar o partido comunista, pois este só lhe tem acarretado ‘prejuízos e desgostos’”. Se a frase foi proferida com o sentido de livrar-se da acusação de comunista ou um apelo de militante sem esperanças no futuro político do Brasil, jamais saberemos.



Leon Piatigorsky, também russo, 17 anos de idade, solteiro e operário, residia na rua Fernandes Vieira, Porto Alegre, em número que o depoente dizia ignorar.

A prática de “ignorar o endereço” ou o número das casas é algo recorrente em processos que envolvem militantes políticos e/ou trabalhadores envolvidos em greves e detidos em função destas. Acreditamos que negar o endereço, dizendo que não se recorda ou ignora detalhes, seja uma forma de resistências implícita com o objetivo de privar as forças policiais de mais provas, ou se livrar de perseguições posteriores, protegendo assim seus familiares e companheiros.

A história de Leon começava com a chegada ao Rio de Janeiro, quando ainda era criança. Dizia ter lá se criado e educado e desde muito cedo simpatizado com o comunismo, frequentado comícios e manifestações de rua, fato que lhe havia levado à prisão já algumas vezes, mesmo com tenra idade. No seu depoimento, se afirmou perseguido pela polícia do Rio de Janeiro, tendo em vista que participava de reuniões da CGT e que, devido ao fato de não conseguir colocação no mercado de trabalho, resolveu vir para Porto Alegre para encontrar o irmão Marcos, que já estava aqui.

Marcos também era arrolado como réu, no mesmo processo que o irmão, com fins de expulsão. É provável que a aproximação de Leon com o comunismo, desde tão pequeno, deu-se pelos laços de parentesco, principalmente com Marcos, que em seguida terá seus dados biográficos mencionados.

Ao fim de seu depoimento, Leon contou que resolveu se mudar para Montevideo porque sentia-se perseguido pelas forças policiais, ouvindo boatos que todos os participantes de CGT seriam presos. A fuga teria ocorrido em companhia de Manoel Scliar, David Seligma e Salomão Schwartz, e a caminho da fronteira, quando já estavam no município de São Leopoldo, acabou preso. De acordo com os registros da Casa de Correção de Porto Alegre, Manoel Scliar e David Seligma também foram presos, porém não são arrolados no processo como réus, mas as evidências indicam que foram expulsos do Território Nacional, tendo em vista a aparição de seus nomes nos Livros de Entrada e Saída de Presos da Casa de Correção de Porto Alegre. No campo de observações, há a seguinte observação: “Entregues a uma guarda com fins de expulsão”. Scliar era militante conhecido em Porto Alegre, ocupando cargo na Comissão de Controle da Liga Pró-México Anti-imperialista (MARTINS, 2012).



Imagem 4 – Simão Borodin. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35423).

Outro preso era Simão Borodin, russo, 21 anos de idade, solteiro, vendedor da Cia. Singer e residente à rua Henrique Dias, número 205, também em Porto Alegre e nas proximidades da residência de Leon. Relatou ter chegado no Rio de Janeiro em 1923, tendo se mudado no ano de 1928 para Porto Alegre em busca de trabalho, já que sua irmã Ilda e seu cunhado Marcos Piatgorsky (o irmão de Leon, já mencionado) aqui estavam residindo. Simão negou qualquer ligação com o PCB, dizendo nunca ter se envolvido nem aqui e muito menos no Rio de Janeiro com o Partido. Mesmo assim, foi preso e expulso.

Em 20 de março de 1930, o Desembargador Florencio de Abreu, então Chefe de Polícia de Porto Alegre, emitiu um telegrama destinado à polícia da Capital Federal (Rio de Janeiro) com o seguinte conteúdo:

Pelo relatório do 3º delegado auxiliar e inquérito que juntamente remetto a V. Exa., verifica-se que se trata de indivíduos perigosos, que faziam propaganda francamente subversiva, não só no seio do operariado das fábricas, mas também nos quartéis, quer da força pública estadual, quer do exercito, obedecendo a um plano geral, com ramificações em São Paulo e Rio de Janeiro³⁵.

³⁵ Processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, p. 4.

Ao final do telegrama, Abreu ainda coloca que “será também de grande conveniência a expulsão do russo Salomão Schwartz. Comunista, individuo nocivo, conforme se verifica no inquérito, e que não se acha detido”³⁶. Salomão, ao ser mencionado como elemento perigoso, chegou a ter seu depoimento arrolado junto com os demais, mesmo não estando preso. Mas depois disso desaparece do processo, nem mesmo aparecendo nas correspondências apreendidas na sede do Bloco Operário Camponês e na casa de Marcos Piatigorsky.

Vamos analisar agora os depoimentos que aparecem com mais destaque: os de Pelayo Gil Ribas e Marcos Piatigorsky, que atuavam como intermediários do BOC entre os estados do país e se fizeram líderes operários dentro dos quadros do partido (PEIXOTO, 2006).

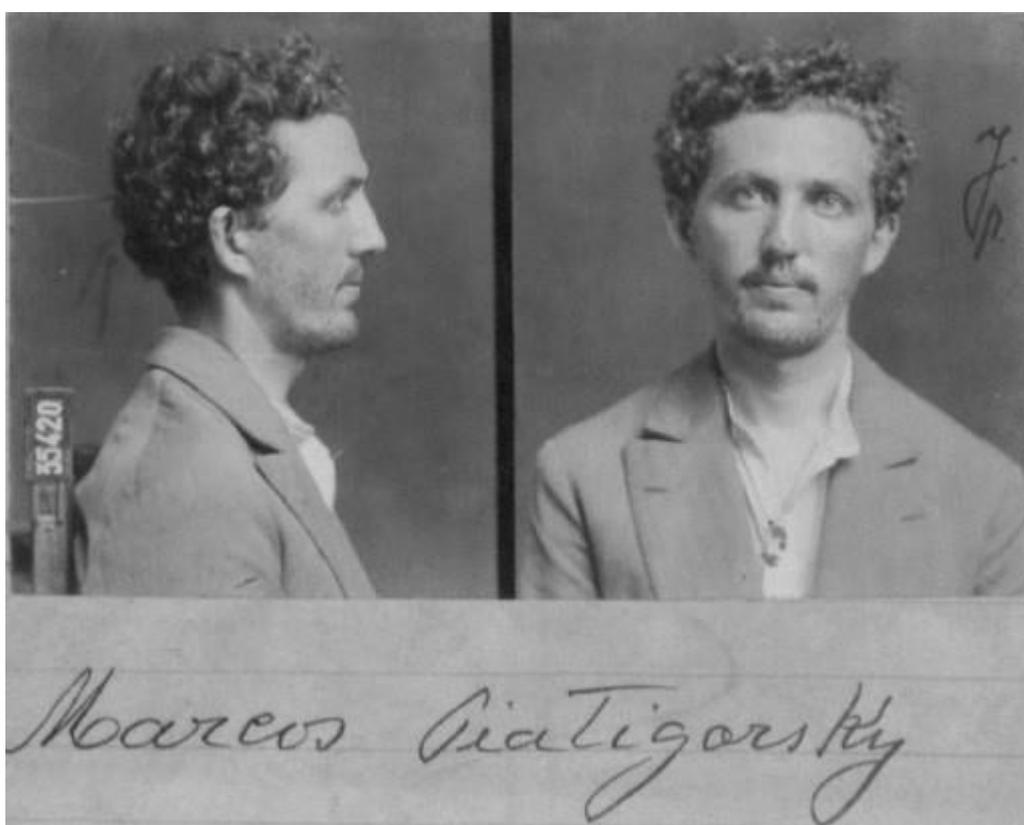


Imagem 5 – Marcos Piatigorsky. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro nº 35420)

Marcos Piatigorsky era russo, com 26 anos de idade, casado, operário e residente à rua Henrique Dias número 250. Irmão de Leon, Marcos chegou com sua família da

³⁶ *Ibidem*, p. 5.

Rússia no ano de 1913, tendo se fixado na cidade do Rio de Janeiro, de onde teria saído em direção a Porto Alegre em outubro de 1929, mesmo ano em que ingressou no Partido Comunista. No depoimento, relatou que, por ter decidido migrar para o Rio Grande do Sul, recebeu uma carta de recomendações do Comitê Central do Partido, a qual deveria apresentar no novo estado, como forma de os companheiros lhe acolherem e facilitarem a entrada no mercado de trabalho. Por esse fato e por conhecer muitas pessoas do Partido no Rio de Janeiro, teria sido agregado à direção do BOC em Porto Alegre, com a finalidade de fazer a comunicação entre o Comitê Central e outras regionais.

Entretanto, a forma como Marcos colocou em seu depoimento a sua posição de líder no partido foi evocada como uma bela coincidência, já que remete sua vinda para Porto Alegre ao objetivo de conseguir uma colocação de trabalho e por este motivo acabou por se relacionar com os membros do BOC. No entanto, Peixoto (2006) destaca que a vinda de Marcos para o Rio Grande do Sul foi uma ordem emitida pela Comissão Central Executiva do Partido Comunista. Seu interrogatório revela uma clara preocupação do governo com a possibilidade de uma tentativa de tomada do poder por parte dos comunistas. Embora as perguntas não apareçam nos autos, as respostas nos dão algumas pistas:

[...] que o declarante pode afirmar com segurança que o dito partido não tem, ao que saiba a sua direção central, nenhum depósito de armamento; que dada a situação política que o país atravessa, o partido comunista pretende, em caso de uma guerra civil, aproveitar a oportunidade para lançar-se á frente das massas e conseguir diversas reivindicações sociaes, transformando a guerra civil em uma revolução agrária e anti-imperialista, com a posse do governo ou com um governo de coalizão, entre operários e pequenos proprietários, encaminhando os acontecimentos para beneficiar cada vez mais o proletariado, transformando mais tarde o governo, num governo Operario e Camponez; que o declarante reconhece que, por não terem uma visão clara dos acontecimentos, commetteram, em suas manifestações de rua, certos excessos, que, no partido, são chamados “abusos de legalidade” e que convém accentuar que a esse respeito também o comitê regional cumpria ordens do comitê central [...] ³⁷.

A partir deste trecho do depoimento de Marcos, podemos aventar hipóteses sobre as perguntas conduzidas pelas autoridades policiais, naquele momento do interrogatório como: o questionamento sobre a posse de armamento e a consequente quantidade destas armas, por parte do Bloco Operário e Camponês; se o Partido Comunista estava a incitar a revolução, tendo em vista que o depoente responde que somente em caso de uma guerra civil declarada pela situação política a qual o país passava, as forças comunistas tentariam

³⁷ Processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, fls. 42.

manobrar a revolta em prol da revolução. Acreditamos que tal postura é adotada pelo depoente como uma forma de não negar as aspirações revolucionárias, mas de deixar explícito, mesmo que de forma sutil, que não existia nenhum plano revolucionário, muito menos que ele seria posto em andamento.

Quanto à possível indagação sobre a violência com a qual o movimento agia, Marcos responde que não nega os excessos praticados, mas os justifica, dando a entender que os fatos ocorreram a partir da ignorância geral, colocando que como os objetivos não eram claros as ações acabavam por fugir ao controle e transferindo a “culpa” ao Comitê Central do partido. É provável que a transferência de responsabilidade dos acontecimentos do Comitê Regional para o CC, por parte de Marcos, tenha sido o mecanismo que, naquele momento, enquanto réu, tendo seus companheiros (que variavam entre os laços que a luta constrói e os familiares, já que seu irmão e cunhado também eram réus), ele achou para tentar amenizar as acusações ou quem sabe, invalidá-las.

Ao longo do depoimento, Marcos retrata a sua posição de líder como algo conduzido pelo acaso. No entanto, indícios apontam que a introdução dele no Comitê Regional se deu como forma de substituir Arthur Araújo – seu nome na realidade era Hersch Schechter – líder comunista, russo e judeu, que havia sido expulso no ano de 1929³⁸. É interessante ressaltar que esse ano é marcado por divisões dentro do PCB:

[...] o Comitê Regional do PCB e do BOC haviam sofrido a intervenção da Comissão Central Executiva, por isso estavam atravessando um período de consolidação, mas enfrentando divisões internas, sem conseguirem até então desenvolver um trabalho mais significativo. Contudo, já demonstravam potencial de crescimento, pois o número de militantes aumentou significativamente com a constituição da nova direção: de trinta e seis para quarenta e oito. Entre os trabalhadores o aumento é mais expressivo: de vinte e dois para quarenta e seis (PEIXOTO, 2006, p. 108-109).

A referência à intervenção do Comitê Central é notável para explicar a mobilidade de Marcos e seu irmão Leon, já que tudo indica que a vinda de Marcos para a capital gaúcha teve o objetivo de substituir Schechter, o qual por sua vez também teria vindo do Rio de Janeiro para organizar o BOC no estado do Rio Grande do Sul, acabando preso e expulso.

³⁸ Conforme dados fornecidos oralmente à autora pela Profa, Dra. Silvia Ferraz Petersen, com base em pesquisa ainda não publicada, a quem desde já agradeço.

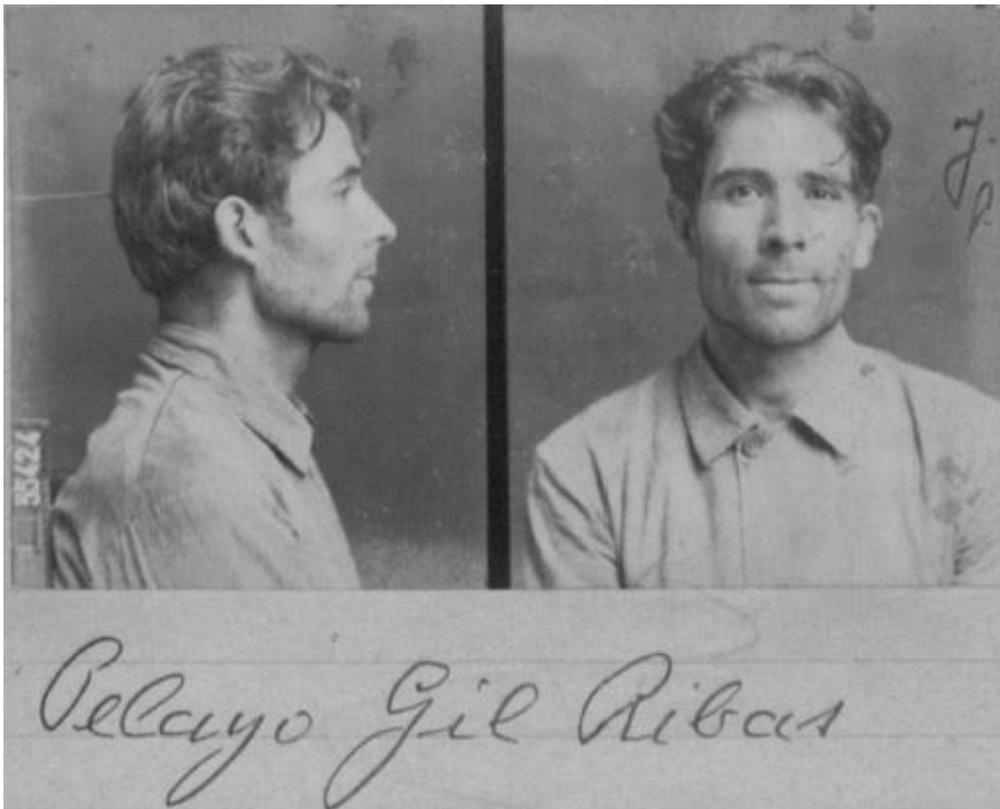


Imagem 6 – Pelayo Gil Ribas. Processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35424).

Pelayo Gil Ribas, argentino, com 28 anos de idade, casado, mecânico, deu como seu endereço de residência a sede do BOC em Porto Alegre. No seu depoimento disse que havia vindo da Espanha em 1918 para trabalhar em uma mina de ouro no Estado de Minas Gerais³⁹, onde permaneceu até 1926, vindo posteriormente para trabalhar nas minas de carvão de Arroio dos Ratos no Rio Grande do Sul⁴⁰ e que, no momento de sua

³⁹ Entre os anos de 1910 a 1917, estimativas dão conta de que 6.682 imigrantes europeus se estabeleceram nas minas de ouro do Estado de Minas Gerais. A preocupação inicial do governo brasileiro, em fins do século XIX e início do XX de substituir a mão de obra recém liberta, pela mão de obra europeia, já que a imigração possibilitaria a aceleração do projeto de branqueamento populacional, vai, ao longo do tempo (principalmente nas primeiras duas décadas do século XX), transformando-se em medo pelas classes dominantes. A mescla de etnias era fundamental para a manutenção da “ordem pública” e da “tranquilidade social”. Os mineiros, categoria conhecida pelo seu forte caráter reivindicativo, deveria ser acompanhada de perto. A solução para a manutenção da “tranquilidade social” era assegurar uma quantidade balanceada de imigrantes: “os italianos sobrepujaram numericamente às outras [...] pois eram considerados pelos proprietários como ‘profundamente religiosos’ e preferíveis aos espanhóis ‘pela sua índole menos agitada’. [...] os alemães e suíços ‘afeiçoam-se ao paiz onde adquirem propriedade e são, pode-se dizer que na sua totalidade, mais estimados, mais ordeiros e dotados de grande energia’”. Na tentativa de assegurar a diminuição ou inexistência dos conflitos políticos, os conflitos étnicos tomavam forma. É provável que Pelayo, nos 8 anos em que permaneceu como operário das Minas Gerais, tenha tido contato com estas questões. Ver: Souza (2009).

⁴⁰ Diferente das minas da passagem, a região mineradora do Rio Grande do Sul possuía um número

prisão, trabalhava na Companhia Telefônica em Porto Alegre. Além disso, informou no depoimento, prestado à 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia de Porto Alegre, no dia 26 de fevereiro de 1930 (mesmo dia da prisão dos seus companheiros), que no ano de 1927 filiou-se ao Partido Comunista, mas que desde alguns meses antes do período da prisão havia parado de militar, afastando-se por não concordar com os “excessos de alguns companheiros nas referidas manifestações”. Acrescentou ainda que, como estava afastado, não tinha nenhuma informação para ajudar a polícia, inclusive sustentando que não pretendia voltar à militância.

Na realidade, Pelayo era um dos maiores líderes comunistas da época, em Porto Alegre. Secretário da CGT, havia participado da mesa diretora do Congresso Operário Regional, realizado no ano de 1930, mesmo ano de sua expulsão. Diversas documentações da época são assinadas por Pelayo, e é notável a articulação dele com vários sindicatos e associações de classe do período. Um destes documentos é o que segue:

Todos os operários dentro dos sindicatos de indústria e de empresa!
Todos os sindicatos do Rio Grande, unidos na CONFEDERAÇÃO REGIONAL DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL! A Classe Operária do Brasil inteiro, arregimentada sob a bandeira da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO. Toda a América Latina Proletária na CONFEDERAÇÃO SINDICAL LATINO AMERICANA, para a batalha contra o imperialismo! Pelo dia de 8 horas de trabalho! Pelo pagamento extraordinário nos serões! Pelo cumprimento da Lei de Férias, de Acidentes de Trabalho e Menores! Aumento de salários de acordo com o aumento do custo de vida! Contra leis que limitam e suprimem o direito livre de organização operária, garantida pela Constituição! Contra as leis que suprimem a liberdade de reunião, palavra e imprensa para os trabalhadores! Contra as leis que arrancam do seio do proletariado os seus militantes, deportando-os para o estrangeiro e para as Clevelândias! (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 310-311).

Esse era o chamado-manifesto que convocava para a participação das manifestações que seriam realizadas no 1º de maio de 1929. A Confederação Regional do Trabalho, da qual Pelayo Gil Ribas era secretário, fazia o apelo contra as expulsões de companheiros. Mal sabia que pouco mais de um ano depois, estaria ele sendo expulso por suas atividades políticas.

A prisão e expulsão de Marcos, Simão, Pelayo, Nicolau e Leon é apresentada pelas autoridades policiais e judiciais como sendo eles, membros de uma organização

significativo de imigrantes espanhóis ocupando os postos de trabalho. Sobre a região carbonífera do RS, sua relação com a imigração e os desdobramentos étnicos que forjam a história da categoria, ver: Speranza (2015).

comunista que visava à tomada do poder. O Delegado da 3ª Delegacia Auxiliar da Capital assim colocava, no inquérito policial anexo ao processo judicial:

Todos esses indivíduos, obedecendo a palavra de ordem do Comité Central do Partido Comunista, com sede na Capital Federal, estavam em febril actividade. Sua propaganda incançavel conseguia adeptos diariamente, como se verifica na documentação apprehendida. Da mesma ressalta também que era do propósito dos communistas transformarem em guerra de classe uma supposta guerra civil que rebentaria por motivo da successão presidencial⁴¹.

As motivações da prisão seguiam assim:

Como é de vosso conhecimento, os elementos communistas deste Estado, principalmente os da capital, aproveitando a campanha presidencial, iniciaram forte propaganda por meio de comícios e manifestações de rua e de boletins distribuídos entre operários, soldados e marinheiros.

Essa propaganda tomou serias proporções, em princípios do corrente mez, tendo sido a 6, preso no Quartel do 7º Batalhão de Caçadores do Exercito o individuo Antão Soares de Freitas, quando ali procurava fazer adeptos de seus ideaes communistas. Esse individuo foi, de ordem do snr. Commandante desta região militar, mandado apresentar á policia pelo tenente Napoleão Guimarães, que o havia prendido.

A seguir, deu-se uma tentativa de insubordinação em uma das unidades da Brigada Militar, a qual não foram extranhos os communistas, que nessa ocasião fizeram copiosa distribuição de boletins pelas proximidades dos corpos de tropas.

Recebi, então, ordem superior para iniciar severa campanha policial contra os referidos elementos [...]⁴².

O relato do delegado leva a crer que os sujeitos detidos, todos eles militantes do BOC, foram os responsáveis pela distribuição de folhetos e boletins durante a insurreição de soldados ocorrida em um dos Batalhões da Brigada Militar, no ano de 1930. Não existem indicativos que eles organizaram a citada insurreição, e parece-nos muito mais que foi um momento oportuno para a difusão de propaganda comunista e assim o fizeram.

É importante ressaltar que 1930 é um ano turbulento politicamente, pois o golpe presidencial já estava em curso. Getúlio Vargas, então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, se articulava politicamente para tornar-se presidente, e junto a isto, uma forte perseguição ao BOC se desencadeava, já que o Bloco tentava se articular a fim de lançar a candidatura de Luis Carlos Prestes⁴³.

⁴¹ Processo de expulsão AN-RJ IJJ7/172, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, p. 7.

⁴² *Ibidem*, p. 6.

⁴³ Apesar de inicialmente Luis Carlos Prestes não ser de uma tendência marxista, o final dos anos 1920 é marcado pelas tentativas de aproximação do Partido Comunista com Prestes. Em 1927, Astrogildo Pereira foi até a Bolívia (onde Prestes estava exilado) para, em nome do Partido Comunista, entregar obras marxistas para Prestes, objetivando uma primeira aproximação. O encontro se repetiu dois anos depois, mais uma vez com o intuito de aproximar Prestes do PCB, já que o partido tinha por objetivo lançá-lo à

Manoel Garcia, um dos sujeitos citados anteriormente como integrante do grupo de estrangeiros expulsos, apesar de ser arrolado como réu no mesmo processo e ter suas guias de expulsão anexadas ao processo de Porto Alegre, teve sua expulsão encaminhada por processo que correu na Justiça da Capital Federal. Sua prisão foi realizada na cidade do Rio de Janeiro em uma reunião do Bloco Operário Camponês. Outros indivíduos foram presos com ele, mas, no entanto, a expulsão de Garcia é a única a se efetivar, apesar das diversas tentativas de seu advogado em recorrer da prisão.



Imagem 7 – Manoel Garcia. Processo de expulsão AN IJJ7 de 1930 (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Registro n° 35212)

Manoel Garcia, 38 anos, ferreiro e empregado na fábrica de vagões da Middletown Car Company, havia chegado de Portugal em junho de 1929, e em fevereiro de 1930 foi preso, sendo por fim expulso do território nacional. Antes de vir para o Brasil, passou pela África. Em geral, militantes anarquistas e comunistas portugueses eram expulsos de Portugal (CRUZ, 2013) seguindo de navio para o território africano. Não existem evidências no processo de expulsão que nos levem a crer que Garcia já era militante conhecido na sua pátria de origem, mas chama atenção a menção do seu local de partida em direção ao Brasil. Foi preso enquanto participava de uma reunião do BOC e no seu primeiro depoimento diz que foi convidado por um amigo, cujo nome não

candidatura presidencial nas eleições de 1930, fato este que não se efetivou. Prestes recusou o convite de candidatura eleitoral e em seu lugar o PCB lançou Minervino de Oliveira. Ver: Del Roio (2007).

lembraria, e que aquela seria a primeira vez que participava de uma reunião comunista na sua vida. Entretanto, segundo o processo, com o acusado foram apreendidos diversos folhetos de propaganda e inclusive alguns documentos emitidos pela Confederação Geral do Trabalho do Brasil, fundada em abril de 1929 no Congresso Operário Nacional.

Manuel foi apontado pela primeira testemunha como membro de uma célula comunista denominada A.G.R, no entanto não fica claro no processo sequer o significado de sigla, e não nos foi possível levantar mais informações a este respeito. A segunda testemunha, um investigador de polícia, confirma o primeiro depoimento. O que chama a atenção neste caso é uma breve menção de que o investigador era lotado no Departamento de Ordem Política e Social, órgão fundado nos anos 1920, demonstrando – mais uma vez – o caráter da perseguição e vigilância contínua do Estado.

Além de tudo isto, o processo de expulsão de Garcia é riquíssimo por conter vários documentos apreendidos – jornais operários, folhetos, carteirinhas do Centro de Cultura Proletária e um documento emitido pela C.G.T. –, além de ser um dos raros processos onde advogados tentam impetrar *habeas corpus*, incluindo diversas tentativas de todo tipo de defesa para atestar a inocência do acusado. Isso parece bem incomum para um simples imigrante, ferreiro e a pouco chegado ao Brasil, o que nos leva a aventar a hipótese de não se tratar de “qualquer” imigrante, mas de um militante com certo destaque entre os companheiros do partido. Tendo em vista sua data de chegada no Brasil, é provável que Manoel já tenha imigrado na condição de comunista, sem ter tido contato com o partido somente em solo brasileiro. Em função disso, aos olhos dos aparatos repressivos, deveria parecer mais perigoso ainda.

Apesar do distanciamento espacial destes sujeitos, um preso no Rio de Janeiro e os demais em Porto Alegre, conforme observado, existe a inegável proximidade ideológica, uma vez que todos os indivíduos são militantes do BOC, apesar da negativa de tal fato por parte de Manoel Garcia.

As documentações de expulsão destes homens podem ter se misturado umas às outras apenas pelo acaso do destino, no entanto, traço uma relação de atuação entre eles tendo em consideração o notável esforço do governo federal naquele período para desarticular os membros do BOC e, em consequência, do PCB, visto que o Bloco era o braço do Partido que atuava na legalidade, como mencionado anteriormente.

Ao mencionarmos anteriormente as redes de contato destes sujeitos de forma interestadual, é importante apontarmos que, para além das fronteiras geográficas, outras redes podem ser percebidas, entre elas as de parentesco e etnicidade. Os militantes

envolvidos nesse processo, possivelmente, eram todos judeus, tendo em vista seus sobrenomes, muitos moravam em ruas próximas, em geral todos no mesmo bairro (Bom Fim), de alguma maneira eram ligados por laços de parentesco, como irmãos ou cunhados, a maioria provinha de regiões da Rússia e, por fim, compartilhavam do mesmo ideal, o comunismo. Infelizmente, por falta de recursos de uma documentação mais consistente, remontar estas redes não nos foi possível, abrindo-se assim uma lacuna a ser preenchida futuramente. Desta forma, o próximo capítulo se destina a traçar as discussões políticas e de alguma forma também sociais, em torno do sujeito “indesejável” no Rio Grande do Sul.

2. A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS HIGIENISTAS NO JORNAL *A FEDERAÇÃO*

Em pesquisas iniciais desta dissertação, nos chamou atenção o fato de que dentro da documentação da Casa de Correção de Porto Alegre, o número de sujeitos encarcerados enquadrados em artigos que tratavam da expulsão de imigrantes se acentuaram de forma significativa no período a partir dos anos de 1928-1930, como já citado anteriormente. A partir do avanço de nossa pesquisa, e do cruzamento das fontes preliminares com as demais utilizadas nessa dissertação, compreendemos que somente a partir da reconstrução do contexto político e social do Rio Grande do Sul poderíamos obter pistas ou encontrar possíveis caminhos para a compreensão desse aumento de prisões do período citado.

Em nossa visão, quando tratamos de crime e/ou criminalidade, não são apenas os sujeitos considerados perigosos ou desviantes da norma, que podem explicar por si só o que está em jogo, mas sim todo o aparato estatal e as mentalidades das elites dominantes, que nos auxiliam nesse percurso a fim de compreender o que define o que é ou não desviante, anormal, perigoso.

Para compreendermos o sentido das classificações de etnia, acreditamos ser necessário retroceder temporalmente para a compreensão do conceito de raça e etnia ao qual estes agentes intelectuais e governamentais se apoiam. Lilia Schwarcz (2016) aponta que a partir de 1870 começam a circular pelo Brasil teorias de pensamento até então desconhecidas por nós, como o positivismo (ao qual podemos associar grande influência na política do período), o evolucionismo e o darwinismo. O resultado da entrada destas ideias, é a difusão de ideias eugenistas, ou como preferiam chamar alguns intelectuais, ideias higienistas. Higienistas, pois provinham de uma corrente ligada ao sanitarismo, ou seja, campo da medicina sanitária daquele momento, “preocupado” com a limpeza da cidade dos males causadores de degeneração, como a falta de saneamento e estado de saúde da população, apoiado na questão racial.

Schwarcz refere ainda que o surgimento destas doutrinas estariam ligadas a uma reorientação intelectual, um espécie de reação ao Iluminismo em sua visão de humanidade unitária: “Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo” (2016, p. 63). O nascimento de ramificações “científicas” dentro das teorias raciais, como a frenologia e a antropometria, ajudaram a dar um tom de veracidade aos pressupostos racistas. A antropologia criminal

proposta por Cesare Lombroso, que argumentava que o comportamento criminoso era biológico e, portanto, um fenômeno físico e hereditário, provém destas correntes.

Enquanto as teorias higienistas tentavam explicar, baseadas no darwinismo social, os motivos que levavam tais “raças” serem superiores ou inferiores a outras, com o objetivo de identificá-las, e posteriormente incorporá-las ou eliminá-las, o ideal político do eugenista assim nasce. O termo eugenia foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton, que através de um método estatístico e genealógico criado por ele, buscava provar que a capacidade intelectual humana provinha da hereditariedade e não da educação. A teoria eugenista no nosso país é adotada para explicar a necessidade do branqueamento, como uma espécie de tentativa de se “livrar” da genética africana que “degenerava” a raça brasileira, no contexto do pós-abolição e do incentivo à imigração europeia.

Esse “equilíbrio genético” iria propiciar o aprimoramento da raça brasileira, além de ajudar a identificar as características físicas dos grupos indesejáveis. No Brasil, a implantação destas teorias foi impulsionada a partir da década de 1910, por médicos respeitados da época, como Renato Kehl, Miguel Couto e Belisário Penna. Em 1918 é fundada em São Paulo, pela elite médica paulista, a Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira sociedade de eugenia criada na América Latina.

Neste capítulo, recorreremos às fontes que podem nos auxiliar a compreender quais as visões que circulavam sobre a imigração (e suas caracterizações) no Estado do Rio Grande do Sul, no período citado. As fontes mais viáveis para tanto⁴⁴ foram a coleção de exemplares do jornal *A Federação*, disponível de forma digital através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nestas fontes, encontramos diversos discursos de cunho higienista proferidos (escritos ou apresentados de forma oral em plenárias da câmara e reproduzidos nas colunas do jornal) por correligionários políticos do então Presidente do Estado, Getúlio Vargas. Muitos destes correligionários não apresentavam papel fundamental dentro do governo do estado, mas acabaram, alguns anos depois, sendo figuras de destaque ao longo do primeiro governo de Vargas (1930-1945), o que demonstra a proximidade destes atores com o projeto varguista. Além disso, o citado jornal foi fundado e era gerido pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), partido ao qual Vargas pertencia desde a sua juventude.

Neste capítulo, analisaremos três diferentes discursos de correligionários varguistas, sendo eles: Darcy Pereira de Azambuja, João Neves da Fontoura e Azevedo

⁴⁴ Levando em conta as dificuldades de acesso aos arquivos no momento da pandemia, já explicitados na introdução.

Amaral, todos publicados no referido jornal. Os dois primeiros foram publicados ao longo do ano de 1928 e o último no ano de 1929. A escolha de tais atores sociais não se liga ao que chamamos de estudos prosopográficos, porque não temos como objetivo investigar a vida destes sujeitos, tampouco analisar a fundo suas contribuições dentro do campo dos estudos eugênicos da época. Mas compreendemos, apoiados pelos estudos de Carvalho (2006) e Heinz (2011), que as formações destas elites, neste caso políticas e intelectuais, se misturam também com a formação do Estado.

Suas formas de organização passam também pela forma de organização da burocracia estatal. Desta forma o que levamos em consideração na escolha destes três sujeitos é a ênfase dada pelos três à relação imigração/periculosidade e à defesa da necessidade de repressão e vigilância frente a estes grupos. O recorte temporal, na análise destes periódicos, é fruto do próprio recorte desta dissertação em si, o período em que Vargas ascende ao poder Estadual até sua saída em outubro de 1930, após o golpe de estado.

2.1 “PROPHYLAXIA CRIMINAL: A IMMIGRAÇÃO”

O jornal *A Federação* foi fundado em 1884 após deliberação dos membros do PRR e tinha como objetivo central propagar as ideias do partido, tendo como seu primeiro presidente Júlio de Castilhos, e como primeiro diretor Venâncio Aires. Castilhos defendia no periódico o conceito de que a imprensa não necessita se limitar ao registro dos acontecimentos, mas ajudar a modificar o curso político. Ao analisar as fases da imprensa riograndense e o papel determinante deste periódico, Rüdiger (2003, p. 44) observa que “o jornalismo não é uma força passiva, embora partidariamente engajada, do processo de formação da opinião pública, mas um fator ativo de modelagem pública da própria opinião”.

O jornal, nos anos em que nos detemos a analisá-lo, passava por um momento de declínio, tendo registrado em 1920 uma tiragem de 10 mil exemplares diários, enquanto em 1930, apenas 5 mil tiragens ocorriam por dia. Em 1937, por fim, *A Federação* seria extinto por um decreto federal, que determinava o fechamento dos partidos políticos, marca do Estado Novo. O declínio de popularidade ao qual *A Federação* se encontrava em meados dos anos 1930, pode ser explicado pela popularização de seu principal concorrente à época o jornal *Correio do Povo*, fundado em 1895. O *Correio do Povo* é o precursor de uma imprensa comercial no RS, almejando sobretudo o lucro e alicerçado

sobre a ideia da imparcialidade e neutralidade jornalística. É bem possível que o declínio de *A Federação* esteja relacionado com a ascensão da imprensa comercial e “imparcial” politicamente, fenômeno que ocorria em todo país naquele momento.

Na manhã, provavelmente fria, de 20 de junho de 1928, circulava pelas ruas da capital gaúcha a edição de número 142 do jornal *A Federação: Organ do Partido Republicano*. Na primeira página, em meio à confusão de pautas, a primeira coluna chamava a atenção do leitor com o título “Prophylaxia criminal: A imigração”.

O artigo escrito por Darcy Pereira de Azambuja tecia elogios às organizações policiais e “científicas” europeias, colocando que como os “indesejáveis” não conseguiriam se manter na ativa dos seus “atos decaídos” nos países europeus, recorriam à imigração na América para continuar alimentando seus “instintos criminosos”. Segundo o autor, os Estados Unidos, com controle forte contra esses “indesejáveis”, acabariam por barrar suas entradas, restando apenas a Argentina e o Brasil para eles.

Para ilustrar suas colocações, Azambuja utilizava como exemplo o “tráfico de brancas”, ou seja, mulheres imigrantes em sua maioria vindas do Leste europeu, que seriam aliciadas na prostituição por cafetins por vezes da mesma região de origem que elas. O autor defendia que esse tipo de delito tinha o seu centro de organização em Buenos Aires, possuindo, também, ramificações por todas as principais cidades brasileiras. A referência em caráter de exemplo ao tráfico de mulheres para prostituição como uma “organização”, demonstra a linha clara de pensamento de Azambuja, colocando o fato não na esfera de um problema social, mas sim, como ato puramente criminoso.

Mas quem era Darcy Azambuja e por qual motivo seu artigo nos interessa?

Nascido em Encruzilhada do Sul no ano de 1903, Azambuja veio para a capital cursar o Colégio Militar e em 1927 (um ano antes da publicação de seu artigo em *A Federação*) se formou em Direito pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (hoje a atual Faculdade de Direito da UFRGS), mesmo curso em que Getúlio Vargas graduou-se⁴⁵. Azambuja foi promotor Público do Estado, entre os anos de 1927 e 1929 – mais uma coincidência com a trajetória do então Presidente do Estado, pois Vargas outrora também havia ocupado o cargo de promotor. Entre os anos de 1934 e 1935, exerceu o cargo de Procurador-Geral do Estado, deixando a posição neste último cargo para ser secretário do Interior e Exterior e Consultor Geral do Estado. Entre os anos de 1936 e 1937, atuou ao

⁴⁵ Para melhor compreender a importância que a faculdade teve na formação política de Vargas, ver capítulos II, III e IV de Grijó (2017).

lado de José Antônio Flores da Cunha como interventor do Estado. Portanto, é evidente que já em 1928 era um quadro da elite política próxima ao grupo varguista.

O ano de 1937 foi marcado pelo rompimento político definitivo ocorrido entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Como bem sabido, Flores da Cunha auxiliou Vargas ao longo do Golpe de 1930, mantendo-se fiel a ele até o ano de 1935, quando começou a se afastar do então Presidente da República por divergências políticas ocorridas em outros estados do Brasil⁴⁶. Aparentemente, Azambuja era fortemente ligado a Flores da Cunha, e, portanto, quando este deixou o Brasil rumo ao exílio uruguaio, no ano de 1937, Azambuja encerrou sua caminhada política, passando a dedicar-se ao magistério superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Pontifícia Universidade Católica, e a publicação de livros e ensaios, até sua morte no ano de 1970⁴⁷.

Mas o que mais nos interessa aqui é a postura demonstrada por Azambuja através da sua publicação do dia 20 de junho de 1928, que de alguma forma, nos ajuda a compreender quais os pensamentos da elite política rio-grandense sobre a imigração naquele momento. Rüdiger (2003, p. 37), que refere-se ao jornal *A Federação* como um braço político do PRR, sustenta que “[...] o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil”. É neste sentido que interpretamos a veiculação de tal artigo na primeira página da publicação.

Ao comparar o Brasil com outras nações, Azambuja escreveu:

Emquanto no velho mundo muitas causas criminogênicas têm a virulência exacerbada progressivamente pelas condições econômicas e políticas, que geram perturbações cada vez mais graves, deste lado do Atlântico essas influências perdem muito em vigor e extensão, mercê de um ambiente mais livre e favorável às atividades individuais. Em contra peso, porém, outras circunstâncias aparecem, que a criminologia européia desconhece ou que aquelas velhas civilizações já procuraram reprimir, de maneira mais eficiente. No primeiro caso está a imigração, no segundo a vagabundagem e a infância abandonada⁴⁸.

A virada do século XIX para o XX é marcada pelo grande esforço da diplomacia brasileira na pintura para o público europeu e o estadunidense, de um Brasil positivo e cheio de riquezas e oportunidades, com o objetivo fundamental de atrair capitais de

⁴⁶ Sobre os conflitos políticos ocorridos entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas no final dos anos 1930, ver: Lapuente (2016).

⁴⁷ Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/memorial/procuradores-gerais>. Acesso em: 5 jan. 2022.

⁴⁸ *A Federação*, 20 de junho de 1928, p. 1.

investimento e imigrantes. Assim, a propaganda

[...] foi um dos primeiros instrumentos de que a República se serviu para atrair aquelas populações que, na condição de minorias no interior dos estados nacionais construídos e destruídos desde o século XIX, viviam a experiência das perseguições religiosas e étnicas, sendo tangidas de um ponto a outro da Europa por conta das constantes redefinições de fronteiras e lealdade políticas (SOUZA, 1996, p. 59).

A partir dos anos 1890, logo após o fim da escravidão, o objetivo era atrair trabalhadores supostamente mais aptos ao trabalho livre (SOUZA, 1996, p.59). No entanto, os “problemas” que a imigração traria ainda não estavam no radar governamental. Mais tarde – no momento da escrita de Azambuja –, os sujeitos “higiênicos” não se mostravam mais tão cheios de qualidades para os olhos das elites quanto eram no final do século XIX.

Azambuja segue seu artigo tratando justamente sobre essa questão. Ele pontua:

É comum ouvir-se dizer que indivíduos que emigram são os mais aptos, os mais enérgicos, os melhores elementos, enfim, e portanto o acréscimo dessas populações adventícias favorece enormemente os paizes onde se radicam pelas superiores qualidades físicas e intellectuaes que apresentam. É uma asserção essa que se poderá admitir, não como uma verdade, e sim como uma probabilidade, que não se deve generalizar⁴⁹.

De fato, não se poderia generalizar tantas qualidades, mas e quais seriam, nas palavras de Azambuja os “defeitos da raça”?

Azambuja seguia seu discurso higienista, colocando que:

[...] Inadaptaveis e nocivos ao seu ambiente originário, sem profissão e sem conhecimento technicos, a mais das vezes, não vêm aos paizes novos procurar na actividade honesta melhores condições de subsistência. Aqui chegados, ao passo que os bons elementos se dirigem imediatamente para a agricultura e para as industrias, eles se deixam ficar nas grandes cidades, continuando, na melhor das hypotheses, a tangenciar o código penal na zona neutra que separa a honestidade da delinquência. A eles se reúnem ainda, em boa porcentagem, ex-condemnados e foragidos da policia européa, “escrocs”, arrombadores, caftens, que veem instruir e engrossar a criminalidade crioula⁵⁰.

Giralda Seyferth (1999) refere que a questão da imigração como de fato um problema para a segurança nacional se efetiva de forma concreta a partir dos anos 1930, logo, após a ascensão do golpe de Vargas. Como consequência dessa interferência do

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Idem.*

Estado, que via a imigração como um problema para a construção do significado da nacionalização e assimilação desses sujeitos ao país atual, temos em 1937 a introdução de medidas coercitivas e repressivas sobre as associações de classe e organizações comunitárias de caráter étnico.

No entanto, inúmeros são os casos de expulsão e repressão a imigrantes em momento anterior ao referido pela autora. Um exemplo de como tais medidas foram anteriores à própria emergência do Estado Novo é o caso de expulsão dos imigrantes ucranianos André Chviescovice, Teodoro Jasyk, Daniel Rapecky, Calinik Demianchuk e Alexandre Slmiko, em dezembro de 1935, relatada em pesquisa de Fortes (2001). André, Teodoro, Daniel, Calinik e Alexandre eram todos ligados a direção da “União e Luz Operária Russo-Branca/Ucraniana”, sociedade localizada no 4º Distrito, região que reunia diversos bairros operários de Porto Alegre, e que aos olhos do Departamento de Ordem Política e Social se disfarçava sobre o véu da propagação da cultura e das atividades recreativas e sociais, mas que de fato, seria uma articulação da “missão soviética creditada junto ao governo uruguaio” e que fazia articulação com os comunistas do Rio Grande do Sul.

Segundo Fortes (2001, p. 137), documentos confeccionados pelos embaixadores estadunidenses no Brasil e no Uruguai, concluíram que não havia “nada disponível, todavia, a indicar definitivamente que a legação soviética em Montevidéu esteja envolvida” e que ainda “uma organização de caridade para o amparo aos Russos Brancos tivesse relações estreitas com a legação soviética aqui”. Ao longo do processo de expulsão, chama a atenção que uma das provas utilizadas para incriminar estes imigrantes são os livros da biblioteca da “União”, que seriam a comprovação da ligação da instituição com o comunismo. Dos 70 livros apreendidos na operação de fechamento da União, 11 eram escritos por Lênin, outros tantos (número não especificado) eram de autoria de Stálin. Um dos expulsos, Alexandre Slmiko, era o bibliotecário da instituição, responsável por adquirir livros, que segundo documentos anexados no processo, eram importados da Rússia.

Se não temos elementos para esclarecer se a “União” era ou não de fato ligada a legação soviética, podemos analisar a repressão aos ucranianos. O que chama a atenção neste processo é que claramente podemos perceber a ação do Estado brasileiro na tentativa de expulsar aqueles que não condiziam ou se rebelavam (neste caso, criando associações de etnia e classe) com o ideal de imigrante passível da assimilação dos ideais

nacionalistas da sua nova pátria mãe. É possível observar também, a afirmação da ameaça comunista e do perigo vermelho.

Acreditamos, que o citado processo que levou a expulsão os membros da “União e Luz Operária Russo-Branca/Ucraniana” no ano de 1935, se analisado associado ao artigo jornalístico escrito por Azambuja pode ser um forte indício de que a repressão aos imigrantes na Era Vargas já tinha fortes raízes ideológicas nos seus anos anteriores como Presidente do Rio Grande do Sul, como poderemos perceber a partir daqui.

Ao final de seu artigo, Azambuja sugere uma série de medidas para “estabelecer a prophylaxia da imigração, o saneamento imprescindível e urgente das novas populações que vão radicar em nosso território”⁵¹. As medidas são baseadas em dispositivos de controle penal estadunidenses e a que mais chama a atenção é a “Organização de um Bureau Internacional de Informações” que teria como objetivo uma troca intercontinental de processos judiciais e das fichas de identificação criminal dos sujeitos imigrantes. Mais uma vez, antecipando a necessidade de controle anteriormente a consolidação do Estado Novo. Mais adiante, no capítulo 3, discutiremos mais atentamente a organização policial e os métodos de identificação aos quais Azambuja refere serem criados.

2.2 “O NOTÁVEL DISCURSO DO DEPUTADO JOÃO NEVES DA FONTOURA ‘LEADER’ DA BANCADA RIO GRANDENSE”

Figura emblemática da política rio-grandense, João Neves da Fontoura tem sua história intimamente ligada à de Vargas. Colegas na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, enquanto estudantes, com o apoio de Borges de Medeiros, fundaram juntos o Bloco Acadêmico Castilhistas, publicando o periódico *O Debate*, a fim de propagar e discutir as ideias do PRR. A história de Fontoura e Vargas mistura política com amizade, e a parceria iniciada nos bancos acadêmicos renderá frutos que marcaram a história do país: Fontoura foi um dos maiores articuladores da figura de Vargas a nível federal, naquele momento político. Após o golpe de 1930 participou do governo e foi embaixador do Brasil.

Mesmo sem ter colado grau, em fins de maio de 1909, tomou posse em cargo na segunda Promotoria de Porto Alegre nomeado pelo Presidente do Estado, Carlos Barbosa, assumindo o cargo que anteriormente pertencia a Getúlio Vargas, que havia pedido

⁵¹ *Idem.*

exoneração a fim de ingressar na Assembleia de Representantes, para o qual fora eleito. Em dezembro do mesmo ano, Fontoura colou grau como aluno laureado, em uma solenidade presidida pelo diretor da Faculdade de Direito, ninguém menos que o desembargador André da Rocha (AITA; AXT, 1999, p. 21). Em 1927, Fontoura foi eleito vice-presidente do estado na chapa conjunta com Getúlio Vargas, e em 1928 deixou o cargo para tomar posse como deputado federal. E é aí que começa a sua caminhada em prol da eleição presidencial de Vargas, posteriormente articulando o golpe⁵².

Em junho de 1928, como deputado federal, Fontoura fez um discurso sobre a imigração na Câmara dos Deputados. Suas primeiras palavras se dirigiram à exaltação dos “ilustres filhos de outras pátrias”, com que ele teve contato ao longo da sua vida política, “em toda nossa larga actividade prática”. Relatou que muitos foram aqueles que “debaixo do nosso céu, se acclimaram e viveram connosco, connosco porfiaram, soffreram as nossas dores, se exaltaram com as nossas victorias [...]”⁵³.

Fica nítido na construção do discurso a separação daqueles homens bons, os bons imigrantes, e aqueles indesejáveis, “decaídos”. Ramos (1996) ressalta que “desejáveis” e “indesejáveis” não podem ser compreendidos com termos que designam determinadas população, mas sim como categorizações que são mobilizadas por agentes sociais a fim de classificar as populações imigradas. O autor reforça que estas categorizações foram utilizadas ao longo da história brasileira por políticos e intelectuais, mas também por parte dos próprios imigrantes dentro dos processos de luta simbólica que envolvem o que é a imigração e o que é ser um sujeito imigrado.

Ao longo de todo discurso de Fontoura, fica clara essa separação, confirmando que os discursos políticos e intelectuais por trás da imigração tinham um objetivo bem delimitado de categorização dos indivíduos imigrantes. Isto fica evidente principalmente quando observamos tal passagem:

[...] Não contravém a este espirito latitudinário das leis brasileiras aquelle imperativo, que hoje decorre para todas as nações, da necessidade de fechar, por vezes, as portas do nosso paiz ao advento dos indesejáveis, em nome de uma prophylaxia moral, jurídica, de ordem eugênica, porque todas as nações precisam defender os seus rincões e as suas populações de mesclas odiosas, da incorporação daqueles que trazem ou as sementes da anarchia, ou a moléstia, ou a ruina ou a degradação moral e mental⁵⁴.

⁵² FGV-CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico pós 1930: João Neves da Fontoura. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao_neves_da_fontoura. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁵³ *A Federação*, 8 de setembro de 1928, p. 1.

⁵⁴ *Idem*.

Nos chama a atenção que tal discurso foi proferido por João Neves da Fontoura em uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, enquanto este exercia o cargo de deputado federal, em prol da comemoração ao centenário da paz entre Brasil e Argentina, ocorrido após o fim da Guerra Cisplatina. Este fato demonstra que o jornal, além de ser meio de articulação partidária do movimento político e da sociedade civil, era também um prolongamento da tribuna parlamentar (RUDIGER, 2003, p. 39).

Mas o que poderia ter levado Fontoura a proferir um discurso voltado para a imigração, onde destaca os males dos indesejáveis, no dia da comemoração dos 100 anos do término da Cisplatina? Uma das pistas que possa explicar tal fato, está na seguinte passagem: “Na comemoração de hoje, sr. Presidente, nós, duas nações americanas, sentimos a proporção de uma extensiva aliança de sentimentos, necessária à segurança recíproca de ambas, como a própria vida da América”. A aliança necessária para a segurança não só de Brasil e Argentina, a qual caberia assegurar a vida da América como um todo, se refere às políticas repressivas adotadas por ambos os países contra os “indesejáveis”. Quando da leitura preliminar destas fontes, nos perguntamos qual a similaridade deste processo imigratório nos diferentes países e também em relação à prática de expulsão e controle.

Recorrendo a Máximo Sozzo (2011), compreendemos que os processos de colonização através da imigração na Argentina foram muito parecidos com os ocorridos no Brasil. Segundo Sozzo, as elites argentinas esperavam que

[...] a imigração europeia produziria uma transformação na composição de população argentina, incorporando um tipo de indivíduo que era considerado mais apto em função de suas experiências e características para o desenvolvimento do trabalho assalariado no âmbito agropecuário e industrial, introduzindo uma série de virtudes morais e culturais ligados a civilização (2011, p. 21, tradução nossa).

A partir de 1880, os problemas decorrentes da imigração ficam evidentes para o estado argentino, que vê a “questão social”, como um perigo que rondava a desestruturação do *status quo* das elites. Os problemas sociais são encarados como caso de polícia, e é a partir da imprensa que o crime fica evidente, transformando Buenos Aires em uma cidade perigosa. O pesquisador destaca que

[...] as estatísticas policiais mostram a forte presença dos estrangeiros entre os presos por haver cometido delitos em Buenos Aires ao longo do período. [...]

este elemento vai ser um componente muito importante na construção de um vínculo de causa entre a imigração e a criminalidade, que na visão das elites vai ser o componente fundamental da representação alarmada acerca do crescimento do delito[...]. (2011, p. 23, tradução nossa).

É possível traçar um paralelo entre Brasil e Argentina levando em consideração os aspectos similares do processo de colonização entre fins do século XIX e início do século XX, para os órgãos governamentais e as elites. Uma parcela destes imigrantes trazia em sua bagagem um passado delituoso, sendo assim a questão imigratória se assemelha e é compartilhada entre os dois países. Podemos supor, que de fato, a especialização policial, os métodos de “moralização” e categorização dos “indesejáveis”, fossem uma pauta em comum que uniria as nações brasileira e argentina, explicando assim o porquê da incitação a higienização social em um momento de comemoração da paz entre os dois países. Segundo Ferrari e Galeano (2016), ao estudar a fundação dos departamentos de polícia no espaço atlântico sul-americano (Argentina, Brasil e Uruguai), destacam que tais departamentos estavam atentos às inovações tecnológicas e jurídicas dos países vizinhos, já que consideravam que entre o Rio da Prata e o Brasil existia um espaço de vigilância comum para os três países.

O discurso de Fontoura, nos parece, portanto, uma tentativa de estreitamento de laços, a partir de um problema em comum: a questão social. Além disso, esta aproximação de discurso intelectual pode ser uma pista que nos auxiliaria na explicação sobre a cooperação dos dois países a fim de colocar em prática as expulsões ilegais feitas pela fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. Portanto, quando Fontoura profere seu discurso (e conseqüentemente seu artigo) utilizando sobretudo à primeira pessoa do plural (nós), podemos interpretar exatamente como essa tentativa de tornar similar, de aproximação dos contextos brasileiro e argentino, que por mais parecidos que fossem, não eram iguais.

2.3 O “ABANDONO DA RAÇA” POR AZEVEDO AMARAL

Antônio José de Azevedo Amaral, ou apenas Azevedo Amaral, como de fato ficaria conhecido, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do império, em 1881. Era filho de um engenheiro ferroviário que teve sua carreira atrelada aos modernos empreendimentos de Visconde de Mauá, posição essa que já denota as origens abastadas (de contatos e culturalmente). Na juventude, cursou medicina, chegando a formar-se; no

entanto, nunca seguiu carreira na área, interessando-se pelo jornalismo, profissão que viria a exercer e pela qual ficaria conhecido.

Durante toda a primeira década do século XX, Amaral residiu na Europa, mais especificamente em Londres, onde era correspondente de notícias, deixando sua posição para retornar ao Brasil em 1916, em decorrência do agravamento da Primeira Guerra Mundial. De volta ao Brasil, colaborou com diversos jornais e fundou o jornal *O Dia*, veículo de imprensa que se tornou renomado no Rio de Janeiro. A partir dos anos 1940, se vinculou à publicação *Cultura Política*, criada e organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) varguista. Amaral foi um dos grandes propagadores e exaltadores da proposta de “democracia autoritária”⁵⁵, que em sua visão demonstrava toda a grandeza da ditadura varguista e seu ditador (GOMES, 2012; SAES, 2008).

Apesar de não ter levado adiante sua carreira de médico, em suas publicações como jornalista podemos perceber vestígios de sua formação, principalmente no que diz respeito aos princípios eugenistas que adotou ao longo de sua vida e obra. É provável que em sua estadia em solo europeu, Amaral tenha refinado seu contato com as teorias liberais (característica de suas publicações futuras) e também eugênicas. Amaral, apesar de mais velho e vindo de uma realidade distinta da de Vargas, colocou todo seu apoio no governo federal varguista desde seu princípio, em 1930, celebrando o endurecimento ditatorial a partir de 1937. Amaral era um grande entusiasta do corporativismo do século XX, aquele que um pouco mais tarde, seria o responsável pela ascensão dos regimes totalitários na Europa. Como exemplo disto, temos a biografia “Getúlio Vargas - estadista” escrita por Amaral em 1941, um ano antes de sua morte, e que possivelmente teria sido encomendada pelo próprio Vargas, algo sem comprovação⁵⁶.

Não cabe aqui discutir toda a obra de Amaral, mas sim, analisar uma publicação específica feita na primeira página do jornal *A Federação*, no dia 2 de julho de 1929, na qual o autor discorre sobre suas impressões sobre o Primeiro Congresso de Eugenia que ocorrera no Brasil em junho do mesmo ano. Nosso interesse neste texto se relaciona ao

⁵⁵ O conceito de “democracia autoritária” surge no contexto da crise de 1929, quando da decadência da democracia liberal que era associada a igualdade de direitos políticos. Com a falência do sistema, as forças autoritárias capturam o conceito de democracia e o associam diretamente as concessões e direitos sociais, principalmente as massas trabalhadoras. Colocando de lado os direitos políticos e de liberdade individual em detrimento de “um bem comum”, justificando assim as ditaduras como sistemas que trariam o bem e a paz social (RAPOSO, 2018; GOMES, 2005).

⁵⁶ FGV-CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico pós 1930. Amaral Azevedo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em: 16 dez. 2021. Ver também: Gomes (2012).

fato de que nele o articulista deixa claro o pensamento autoritário sobre a imigração, tema deste capítulo.

Amaral começa, em tom não tão otimista, a falar:

Seria levar o optimismo a extremos de verdadeira puerilidade esperar que o próximo congresso redundem resultados práticos imediatos traduzindo-se na determinação de diretrizes definitivas para a politica eugênica que o Brasil tem forçosamente de adoptar, sob pena de reduzir-se a uma posição de irremediável inferioridade entre as nações civilizadas. É possível que nos estejam reservadas surpresas agradáveis e que o esforço de Miguel Couto produza efeitos mais precoces do que a prudência autoriza a esperar. Mas ainda quando das discussões que se vão travar em torno das theses apresentadas não advenha senão um movimento de effervescencia intellectual, cujo brilho chame a atenção da opinião publica para o problema eugênico, a data da reunião da conferencia ficará marcando o inicio de uma era nova na nossa evolução nacional. Afigura-se, realmente, que o objectivo dos que vão collaborar com o grande medico brasileiro nessa obra de relevância maior do que a de qualquer outra, deve contentar-se em determinar um choque capaz de despertar a Nação da indiferença em que se encontra deixando o seu futuro ameaçado pelas inevitáveis consequências do abandono da raça⁵⁷.

O tom pouco otimista do texto se traduz em uma preocupação: não deixar que as discussões intelectuais fiquem apenas dentro das linhas da formalidade, mas que, pelo contrário, elas transformem o mundo.

Amaral continua seu discurso defendendo o que chama de profilaxia moral, e diz:

[...] Essa dupla finalidade do Congresso de Eugenia consiste em revelar ao Brasil a nossa lastimável situação racial e promover na opinião publica a consciência da incompatibilidade entre idéas e sentimentos, que perigosamente nos obstinamos em cultivar, e a defesa efficiente da superioridade ethnica, sem a qual o povo brasileiro tornar-se-há incapaz de arcar com as responsabilidades de uma existência nacional correspondente aos elementos naturaes de grandeza de que dispomos⁵⁸.

Não eram apenas os submundos da criminalidade que atraíam os olhos dos higienistas da primeira metade do século XX. A higienização dos espaços, sejam eles sociais ou produtivos, foram uma constante nos discursos dominantes da época. Podemos observar que a escrita de Amaral não se refere especificamente às questões criminais, mas aponta “os problemas da raça” ou seja, a imigração que inicialmente serviria para a expansão da mão de obra e “modernização” do país, acabam sendo os causadores da degeneração geral do povo brasileiro.

⁵⁷ *A Federação*, 2 de julho de 1929, p. 1.

⁵⁸ *Idem*.

Rago (2014) coloca que Estado e industriais não hesitaram em juntar esforços para construir a “nova fábrica”, higiênica, asséptica, racional e científica. Essa transformação do espaço fabril também visava a transformação da subjetividade do trabalhador. Na década de 1930, já sob a égide varguista, é criado o Instituto de Organização Científica do Trabalho (IDORT), com o objetivo de garantir a gestão do espaço fabril higiênico e por sua vez, moralizado, sem dar chance para a introdução daqueles que viviam em um atmosfera de vícios e criminalidade, ampliando assim as diferenciações do “imigrante trabalhador” *versus* o “imigrante pernicioso”.

Por suposto, as publicações constantes no jornal *A Federação* são parte de um contexto maior, mas estes pequenos fragmentos servem para demonstrar o alinhamento das elites locais com os acontecimentos que ocorriam nas demais localidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, estados que se destacavam no período como produtores de uma lógica política e cultural a ser seguida.

É importante reforçar que esta dissertação tem por objetivo contribuir com os questionamentos sobre as temáticas que envolvem a expulsão de imigrantes a nível regional. Uma das justificativas para este ponto de partida é o volume de imigrantes que adentrou nestes estados entre os fins do século XIX e o início do século XX. O Rio Grande do Sul, assim como São Paulo e Rio de Janeiro, também possui volume significativo de entrada de sujeitos imigrantes⁵⁹ e como bem vimos até aqui, se caracterizava, além de Vargas no poder estadual, por um alinhamento de seus intelectuais e a propagação dos ideais higienistas e eugênicos que tanto estavam em voga na virada do XIX até meados dos anos 1940, em especial no jornal *A Federação*.

Podemos ressaltar como ponto de encontro destes três autores a utilização das teorias higienistas (de forma explícita ou velada) como justificativa para o controle policial e judicial para fins expulsivos. Em maior ou menor grau, todos concordam que a imigração de solução havia virado um problema, e que para o tratamento do problema apenas a repressão aos grupos *outsiders* seria a solução. Além disso, é importante ressaltar a articulação destes nomes e suas ligações com Vargas.

⁵⁹ Segundo recenseamento realizado no ano de 1940, o Rio Grande do Sul possuía um volume de 133.824 imigrantes regularmente estabelecidos sob o seu território, enquanto Rio de Janeiro possuía 215.660 e São Paulo com um número expressivo de 761.991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgerais.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

Grijó (2017) destaca que a chamada “geração de 1907”⁶⁰, a partir da década de 1920, começa a ocupar espaço nas cadeiras públicas importantes que acabam os instrumentalizando na ascensão política futura (caso de Neves da Fontoura, Azambuja e Vargas). Eles alcançam lugares de poder com maior destaque do que outros políticos sul-riograndenses, ao ponto de que todos acabam se envolvendo e atuando com papéis de destaque no Golpe de 1930.

Neste capítulo, foi possível mapear a discussão “higiênica” feita pelos intelectuais, ligados a Vargas, a nível local nas figuras de Neves da Fontoura e Azambuja⁶¹ e a nível federal na figura de Azevedo Amaral.

Objetivamos até aqui traçar quais eram os discursos que ajudavam a fomentar, estimulando ou de certa forma auxiliando na justificação da necessidade de implantação e investimento na repressão social ao grupo específico que é nosso objeto de análise. Os discursos destes correligionários políticos de Vargas não podem ser compreendidos como algo que tem seu início, meio e fim em si mesmo, mas sim como uma parte do quebra cabeças que nos faz enxergar com outros olhos as expulsões de Nicolau, Leon, Simão, Marcos, Pelayo, Manoel, Justa e Sergius, nossos personagens do capítulo 1 desta dissertação, ao compreender que estes agentes, sejam eles militantes, falsários, políticos e intelectuais fazem parte de um mesmo lugar de disputas e resistências.

O próximo capítulo se destina a tentativa de mapeamento dos aparatos repressivos colocados de fato em prática pelo Estado, tentando demonstrar como o discurso e a prática caminhavam lado a lado.

⁶⁰ Em 1907, quando das eleições estaduais, eclodiu uma cisão política dentro da Faculdade de Direito de Porto Alegre, já que o espaço era habitado por diversos jovens membros militantes do Partido Republicano Riograndense, em certa medida, este conflito no seio da faculdade era uma extensão dos conflitos políticos que ocorriam dentro do partido. Parte dos estudantes militantes apoiavam o candidato “oficial”, na pessoa de Carlos Barbosa Gonçalves, enquanto outra parte apoiava Fernando Abbott, que por não ter apoio para candidatura ao pleito estadual, desligou-se do partido consagrando-se como uma dissidência. Esta disputa interna, fez com que jovens que ambicionavam a carreira política fundassem dentro da faculdade o chamado “Bloco Acadêmico Castilhistas” com a finalidade de propagandear em prol da eleição de Carlos Barbosa e firmar a fidelidade ao PRR. Dentre estes estudantes estavam: Getúlio Dornelles Vargas, Firmino Paim Filho, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso (GRIJÓ, 2017, p. 65-78).

⁶¹ Darcy Azambuja apesar de não ser parte da chamada “geração de 1907”, é apadrinhado por Flores da Cunha que por sua vez, foi peça de destaque no jogo político riograndense e articulador ao lado do “Bloco Acadêmico Castilhistas”.

3 AS MEDIDAS ESTATAIS PARA ORGANIZAR A “CIÊNCIA” E A POLÍCIA: REPRESSÃO E LIMPEZA SOCIAL

Ao longo dos capítulos anteriores compreendemos como o processo de expulsão de fato acontecia, trazendo casos que se passaram no Rio Grande do Sul, além disso, pudemos perceber como os intelectuais e políticos locais articulavam suas falas e ações em prol da exaltação das doutrinas higiênicas. Neste capítulo objetivamos trazer elementos para a historiografia de como estes “casos de polícia” eram tratados no Rio Grande do Sul. Passando pelos investimentos em “segurança”, ou o que podemos chamar de controle social, que se perpetuaram no governo de Vargas como presidente do estado, a fim de compreender qual a possível relação desta montagem de aparato repressivo em nível estadual com o que ocorreria mais tarde em nível nacional.

Para tanto, neste espaço, apresento e analiso as medidas empreendidas pelo estado para “organizar” a ciência e a polícia durante o período de 1928-1930 no Rio Grande do Sul, utilizando como base documentos produzidos durante o recorte temporal desta dissertação, como correspondências policiais expedidas e recebidas, relatórios e decretos emitidos pelo presidente do estado.

Sustentamos aqui que os rumos pelos quais as discussões eugênicas e higienistas tomaram ao longo do século XX geraram na nação brasileira diversas sequelas como o agravamento do racismo e o refinamento dos mecanismos repressivos policiais e jurídicos. Em seus estudos sobre polícia e etnicidade, Fonteles (2016), destaca que o projeto de inserção do branco europeu não visava apenas a inclusão de uma mão de obra capaz de suprir a lacuna deixada pelo fim do trabalho escravo, mas guardava em seu cerne o ideal de construção de um país moderno e, conseqüentemente, branco.

No Brasil, como em muitos outros países, a ideia de raça se construiu sobre hierarquias de desigualdade, sendo respaldada pela ciência, principalmente por meio dos estudos de Antropologia Física. Tal campo tinha por objetivo classificar a humanidade em tipos naturais, de forma que cada grupo estaria ligado a características fenotípicas diferentes (SEYFERTH, 1996). Apesar das divergências próprias a todos os campos de estudos, onde as teorias eugênicas ganhavam ou perdiam elementos dependendo do local onde estavam sendo colocadas em prática, como algo comum, podemos dizer que todas elas indiscutivelmente tinham a certeza de que a diversidade humana, anatômica e cultural, se estabelecia pela desigualdade das raças. Desta forma,

[...] produziam-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezavam na base, e todos os demais ocupando posições intermediárias (SEYFERTH, 1996, p.43).

A “raça brasileira”, expressão associada às pessoas negras e/ou pardas, era tida como degenerada, já que advinha, segundo a corrente de pensamento higiênica, dos dois mais baixos “tipos raciais”. Portanto, o país necessitaria de políticas públicas que assegurassem a continuidade de um projeto de nação ordeira e ilibada. Desta forma, o projeto de “branqueamento” pretendia inserir o Brasil dentro da faixa hierárquica onde repousava a “civilização” europeia.

No entanto, dentro das próprias teorias raciais, nem todo branco poderia ser considerado igualmente detentor de “boa raça”, e desta forma a etnia e a classe se tornam também marcadores sociais basilares. A política imigratória e branqueadora passa a ser tema frequente nos primeiros anos da república, sendo o imigrante sempre vinculado ao colono, sendo preferencial aquele que pretende se fixar na terra, produzir no campo e assim ir assimilando racialmente de dentro pra fora o “tipo brasileiro”.

Fora das linhas da imaginação onde o “colono” imigrante se encontrava, na prática, imigrantes brancos pobres passaram a perambular pelos centros urbanos brasileiros, locais mais atrativos do que o campo, tendo em vista o processo de industrialização que o país começava a viver nas primeiras décadas do século XX. Estes sujeitos, envolvidos em movimentos reivindicatórios e ligados a associações e partidos anarquistas, socialistas e comunistas, acabaram por ser vistos pelas classes dominantes como agitadores e desordeiros. Junto ao volume de imigração nas cidades, associados aos focos grevistas e de resistências que começavam a ocorrer desde os anos 1857⁶², por parte da classe trabalhadora, estes sujeitos se tornaram um problema social. O Rio Grande do Sul acabou por se inserir fortemente dentro do citado contexto, onde passaram a existir os bons *versus* os maus imigrantes.

Mas como combater um problema social? Se discutimos no capítulo 1 as principais legislações e articulações das elites para combater o “problema” da imigração, como regionalmente este processo aconteceu? É o que vamos abordar a seguir.

⁶² Badaró (2009) e Reis (2019), descrevem as primeiras experiências de resistência de trabalhadores escravizados, o primeiro aborda a formação da classe trabalhadora carioca a partir das experiências de escravizados. Já o segundo, relata como escravizados baianos organizaram e protagonizaram o primeiro foco grevista que se tem notícias no país.

3.1 MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO E INVESTIMENTO À REPRESSÃO

O ano de 1929 parece ser o de maior expressividade quanto às atividades de aparelhamento e investimentos do governo do estado do Rio Grande do Sul nos aparatos repressivos como veremos mais adiante neste capítulo. É possível que este número de atividades se justifique por ter sido de fato o cumprimento do único ano (janeiro a dezembro) no qual Vargas estivesse de fato dedicado às demandas do estado. Afinal, o ano de 1928 foi um ano marcado pela transição de governo (de Borges de Medeiros para Vargas) e pela preocupação em frear a epidemia de febre tifoide que assolava o estado, principalmente a capital. Já o ano de 1930 (e final de 1929) foi dedicado à campanha presidencial e, posteriormente, ao arranjo do golpe de Estado a nível federal.

Mesmo nesse período curto de um ano, saltam aos olhos a quantidade de decretos expedidos para a criação de “gabinetes de higiene” dentro da Casa de Correção, de Postos de Identificação (para expedir títulos eleitorais) e de Delegacias de Fiscalização nas fronteiras (principalmente as marítimas).

No relatório referente ao ano de 1929, no que diz respeito aos acontecimentos e novidades ocorridas na Casa de Correção, destaca-se a instituição do

[...] serviço psycho-anthropologico, ficando o respectivo gabinete magnificamente instalado, com material moderno e completo. Organizou-se também, para o mesmo fim, uma biblioteca de estudo e consulta. Os modelos de prontuários constam de 6 capítulos, a saber: I, dados anthropometricos; II, biografia; III, estado mental; IV, do crime; V, vida penitenciaria; VI, fichas de tatuagem (p. 81-82).

Infelizmente não possuímos os dados destes prontuários e tão pouco sabemos o que cada um destes capítulos continham em seu interior. No entanto, é possível associar a montagem deste aparato de identificação com o ocorrido em outras localidades do país e da América Latina.

Durante a última década do século XIX, especialmente nos primeiros decênios do século XX, a *bertillonage* entrou em um processo de intensa transnacionalização, sendo possível traçar uma espécie de mapa mundial de gabinetes antropométricos, onde a América Latina ocupou um lugar importante. Fora da Europa, a Argentina – especificamente em Buenos Aires – foi o primeiro país a implementar o serviço, seguida de Uruguai, Brasil, México, Equador, Peru e Chile que também começaram a montagem de seus gabinetes (FERRARI; GALEANO, 2016).

A introdução da *bertillonage* se associa também com as discussões que ocorriam dentro do campo jurídico e penal brasileiro. Alvarez (2002) aponta duas vertentes de oposição interpretativa dentro das doutrinas penais do século XX. Estas duas formas de abordar o problema do crime se dividem da seguinte forma: de um lado a Escola Clássica, que define a ação criminal em termos legais ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição; de outro a Escola Positiva, que rejeita uma definição apenas legal, destacando o determinismo biológico, ao invés da responsabilidade individual, defendendo um tratamento científico do criminoso a fim de conseguir proteger a sociedade.

A Escola Positiva, foi fortemente influenciada pelas doutrinas sócio-políticas positivistas em voga na virada dos séculos XIX e XX. Como podemos observar através do trecho documental, o Rio Grande seguia a segunda vertente. É possível que a caminhada de Vargas – que se considerava abertamente um positivista e que pertencia, desde seus primeiros passos na política ligados ao PRR – explique a instituição deste tipo de gabinete “psyco-antrophologico” em seu governo.

Estes dados são interessantes, também, porque nos mostram uma espécie de continuidade nos aparatos de identificação e tipificação criminal que ocorriam desde o final do século XIX dentro da Casa de Correção de Porto Alegre. Um dos mais célebres médicos ligados a propagação de ideias higienistas no estado, Sebastião Leão, foi o responsável pela instituição de métodos de tipificação criminal baseados nas teorias eugênicas dentro da Casa de Correção entre os anos 1895 a 1903.

Em 1896 o médico solicitou autorização para estabelecer uma “Oficina de Identificação”, o que foi concedido. A partir daí, Leão começou a catalogar e “estudar” os criminosos, iniciando pelos condenados por homicídio, tipificando os sujeitos com base nas teorias raciais de Cesare Lombroso, como mostra pesquisa de Raquel Figueiró (2014).

O trabalho de Sebastião Leão consistia em entrevistas com os apenados, pesquisa sobre a vida pregressa, fotografias destes sujeitos e anotações antropométricas. O acervo decorrente das pesquisas de Sebastião Leão se encontra disponível para consulta no Museu de Polícia Civil do Rio Grande do Sul e são os primeiros materiais de categorização que se tem notícia no Estado. Diferente de Lombroso e de suas teorias sobre o atavismo (relacionada à ideia de que o sujeito criminoso seria gerado a partir de traços genéticos de outras pessoas com impulsos criminosos e que, desta forma, daria origem a outros criminosos, numa infinita roda reprodutiva do crime), Leão concluiu com seus

estudos que os sujeitos criminosos são resultados do meio e das condições as que são impostas desde a tenra infância. Desta forma, segundo o médico, a única forma de frear a propagação do crime, seria o investimento na polícia e em mecanismos de controle social rígidos.

No século XX a criminologia passou a ser compreendida como um campo de conhecimento voltado para a compreensão do sujeito criminoso e conseqüentemente para o estabelecimento de uma polícia “científica” no combate à criminalidade, sendo um instrumento essencial para a viabilização da contenção da criminalidade a partir da criação de novos mecanismos de controle social (ALVAREZ, 2016).

Apesar de sabermos que as identificações e tipificações de sujeitos criminosos começaram na Casa de Correção nos últimos anos do século XIX, nossa pesquisa demonstra que a continuidade deste trabalho de categorização parece ter ressurgido nos últimos anos da década de 1920, com a organização de um gabinete “psyco-anthropologico”. Além disso, demonstra a transição efetiva do método da *bertillonage* para a datiloscopia ou o chamado “método argentino”, introduzido na Casa de Correção por volta de 1910 (FIGUEIRÓ, 2014), mas que ganha impulso ao longo dos anos 1920. É possível constatar na análise dos livros de entrada e saída de presos, um grande volume de anexos de fichas datiloscópicas/vucetich a partir de 1925 e com intensificação nos anos que se seguem.

Juan Vucetich, um imigrante da região hoje conhecida como Croácia, em 1888 começou a trabalhar na polícia argentina e, em 1891, iniciou sua caminhada no que seria a revolução dos métodos de identificação. Tão logo de sua entrada no serviço policial começou a estudar a possibilidade de incorporar uma das últimas novidades da “ciência policial”. Para isso, começou a realizar visitas periódicas ao Gabinete Antropométrico de Buenos Aires. A partir de suas observações chegou à conclusão de que seria muito difícil implementar corretamente o sistema antropométrico no país.

Segundo Vucetich, as irregularidades na tomada de medidas eram comuns, dificultando que o sistema pudesse ser seriamente colocado em prática, já que, em alguns casos, o mesmo sujeito era fichado em delegacias de cidades argentinas diferentes tendo suas medidas diferentes de um local para o outro. Junto a isso, a grande extensão geográfica da Província de Buenos Aires dificultava a identificação de todos os detidos pelo alto custo da infraestrutura e da capacitação que demandava a instalação de gabinetes antropométricos em todas as localidades.

Quando da inauguração de um gabinete de identificação antropométrica na cidade de La Plata, junto à realização das medidas e notações próprias da *bertillonage*, Vucetich teve a ideia de registrar as dez impressões digitais dos detidos, como uma forma de complementar os dados colhidos. Essa iniciativa foi pioneira no mundo, e assim se criou o “sistema Vucetich”, “sistema argentino” ou “sistema sul-americano”, que até hoje é amplamente utilizado. Foi um sistema de adaptação às realidades locais, principalmente associado à falta de recursos financeiros que permitiu que tal inovação fosse concretizada (FERRARI; GALEANO, 2016). No Brasil o sistema Vucetich só vai começar a ser introduzido nas delegacias brasileiras a partir de 1907 após o Congresso Sul-americano de Criminologia.

É portanto sobre a premissa da desconfiança e do medo, sobretudo dos pobres, que a polícia brasileira fundou suas bases de atuação, incorporando e usando técnicas para a identificação, como a foto e a datiloscopia. Estas novas “invenções” foram recebidas com entusiasmo nas delegacias de todo país durante as primeiras décadas do século XX, conforme Fonteles (2016, p. 554), e neste mesmo período, foram criados os gabinetes de identificação criminal, braço da polícia especializado em elaborar as fichas dos criminosos.

No ano de 1928, o relatório policial expedido ao presidente do estado já trazia a necessidade da criação de novos estabelecimentos de controle:

[...] entrada de indesejáveis: por circular datada de 9 de Abril do ano passado, dirigidas às autoridades policiais desta capital, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Livramento, São Borja, Itaqui, Jaguarão, Herval, Quaraí e Santa Vitória, foi recomendada a proibição terminante da entrada de indesejáveis no território rio-grandense. Para melhor regularizar o serviço, foram designados agentes especiais para auxiliar, nessa tarefa, aos Delegados de Rio Grande e Livramento, bem como o delegado desta capital, incumbido do policiamento do porto. É imprescindível, porém, dotar a tabela orçamentária da chefatura de uma verba especial para esse importante serviço⁶³.

Como uma continuidade da necessidade de especialização do corpo policial, chama atenção, no relatório alusivo às atividades administrativas do ano de 1929, a seguinte passagem: “Está em andamento o projecto de reforma policial, que, consubstanciando as principaes medidas aconselhadas pela experiência, muito contribuirá para o aperfeiçoamento do respectivo serviço”⁶⁴. Na documentação consultada, não

⁶³ SIE-03 045: Relatório completo da polícia para o presidente do estado, p. 20-21.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 80.

existiam pistas que nos levassem a compreender, que tipo de reforma estaria em andamento, já que o relatório não apresenta maiores detalhes.

Chama a atenção que este projeto de aperfeiçoamento/reforma policial citado em 1929, foi mencionado imediatamente após a seguinte passagem: “Intensificou-se a perseguição contra jogos de azar, proxenetismo, entrada de indesejáveis e venda de tóxicos”. Isto parece reforçar mais uma vez as intenções do Estado no endurecimento das medidas contra jogos de azar, proxenetismo, “indesejáveis” e venda de tóxicos⁶⁵ na reforma que estava em andamento no serviço policial.

Além disso, medidas como a criação de um polícia portuária na cidade de Rio Grande (como veremos a seguir), reforçam nossa linha de afirmação voltada para o período estudado como um momento de forte investimento nas polícias e por conseguinte no controle social.

3.2 A CRIAÇÃO DE INSPETORIA MARÍTIMA: DETENDO “INDESEJÁVEIS” NOS PORTOS

Uma das questões que permearam a construção desta dissertação foi o volume de expulsões, de indivíduos que eram remetidos a fronteira e “desapareciam” a partir dos trâmites da lei de expulsão. Principalmente no capítulo 1, apresentamos dados que demonstram o fluxo de entrada de presos imigrantes para fins de expulsão, sendo os motivos variados.

Na procura por respostas, nos deparamos com a menção de criação de uma inspetoria marítima no Porto de Rio Grande, e, posteriormente, conseguimos localizar o decreto que instituiu sua criação. Assim, o relatório relativo ao ano de 1929 anunciava:

Sendo o Rio Grande de fácil acesso a elementos indesejáveis, que aportam áquella cidade, com procedência de vários paizes, impunha-se, sem maior delonga, a organização de um policiamento marítimo naquele porto. Nessas condições, resolveu o governo expedir decreto regulando tal serviço. Em virtude dessa providencia, foram creados logares de agentes auxiliares do delegado de policia de Rio Grande, aos quaes, além de outras incumbências, cabe a atribuição especial de exercer continua e systematica vigilância sobre os criminosos e indivíduos indesejáveis em geral, que desembarquem ou pretendam desembarcar ali⁶⁶.

⁶⁵ Parte dos presos imigrantes taxados como indesejáveis estavam envolvidos em contravenções como o jogo de azar e o proxenetismo, conforme tabela disponível no capítulo 1 desta dissertação.

⁶⁶ SIE-03 044: Relatório completo da polícia para o presidente do Estado, p. 530.

No relatório é possível observar a criação de uma inspetoria de policiamento marítimo na cidade de Rio Grande. Afinal, desde meados do século XVIII, aquela cidade, localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, era uma porta de entrada para diversos imigrantes, vindos especialmente de países como Argentina e Uruguai, tendo em vista sua proximidade com os portos dos dois países⁶⁷. Muitos imigrantes europeus que aportavam na cidade Rio Grande, provinham de ondas de colonização inicialmente destinadas aos países vizinhos, mas que acabavam migrando para o estado.

O referido decreto se mostrava complexo, possuindo como finalidade barrar a entrada de “indesejáveis”, bem como localizar qualquer destes que estivesse tentando sair do território nacional, prendendo e encaminhando a pessoa para o local onde sua prisão estaria sendo solicitada pela justiça. Além disto, é possível perceber a organização de todo um aparato policial novo no estado, tendo suas designações de cargos criadas para tal fim.

Publicado em 5 de novembro de 1929, o decreto é composto de 13 artigos, e é minuciosamente descrito, desde quem deveria ser designado para o serviço policial, passando por como a abordagem deveria ser realizada, quais os valores de multa para quem dificultasse as diligências e como seria o sistema de pagamento dos policiais até os dados estatísticos provenientes das “batidas” nos navios. Dentre os artigos mais relevantes destacamos os seguintes:

Art.1º - O serviço policial marítimo da competência do Estado, no porto de Rio Grande será exercido pelo delegado de polícia do município e sub-delegado de polícia do distrito do porto pelos agentes auxiliares que forem necessários á boa execução desse serviço.

Art.2º - A autoridade e agentes auxiliares designados pelo chefe de polícia para o serviço do porto, incumbem, sem prejuízo das atribuições conferidas em lei e outros regulamentos exercer continua e systemática vigilância sobre os criminosos ou individuos indesejáveis em geral, que desembarquem ou pretendem desembarcar no porto nos termos das leis e decretos federaes, especialmente do decreto federal n. 18.408 de 25 de setembro de 1928 (arts. 52, 54, 55, 56 e 57).

§ unico - Para esse effeito deverá a policia do porto:
a) visitar todas as embarcações a vela ou a vapor que entrarem no porto ou delle sahirem, exceptuados os navios de guerra nacionaes ou estrangeiros e os hiates e pequenos veleiros de trafego interno da Lagôa e seus tributarios;
b) exercer systemática fiscalização no serviço de embarque e desembarque detendo os passageiros cuja captura houver sido determinada pela autoridade competente.

[...]

⁶⁷ Portos RS. Histórico. Disponível em: http://www.portosrs.com.br/site/comunidade_portuaria/rio_grande/historico. Acesso em 10 de jan. 2022.

Art. 4º – A visita constará de verificação minuciosa das listas de passageiros, que tiverem de desembarcar, dos que viajarem em trânsito e da fiscalização dos que se destinarem ao porto.

§ unico - Os commandantes, sob pena de multa de cincoenta a cem mil réis, são obrigados a entregar ao funcionario encarregado da visita uma relação nominal dos passageiros, que se destinarem ao porto, ou em transito com a indicação do porto de embarque conforme modelo anexo

[...]

Art. 10º - Fora dos casos acima especificados, os infractores das prescripções deste decreto serão passíveis de multa variaveis de 50\$000 a 200\$000.

§ unico - A importancia das multas deverá ser recolhida á Mesa de Rendas do Estado dentro de 24 horas, ou immediatamente quando se trate de navio que pretenda o passe de sahida dentro desse prazo.

Art. 11º - As gratificações pelos serviços extraordinarios serão fixadas em tabella aprovada pelo secretario dos Negocios do Interior e Exterior e as respectivas importancias recolhidas á Mesa de Rendas do Estado, afim de serem repartidas mensalmente entre os funcionarios auxiliares de policia do porto.

Art. 12º - No departamento de policia do porto haverá um archivo especial de photographias e individuaes dactyloscopicas dos individuos expulsos do território nacional e dos ladrões profissionaes, contrabandistas e caftens processados e identificados.

Art. 13º - Um dos auxiliares, designados pelo delegado, se encarregará da estatística de entrada e sahida de passageiros, enviando mappas mensaes á Chefatura de Policia e a Repartição de Estatística do Estado.

É possível perceber a forte ênfase sobre a vigilância que deveria ser procedida com rigor nas embarcações que chegavam e saíam do porto. Chama a atenção o estabelecimento de multas em dinheiro para aqueles que não quisessem contribuir com as revistas que deveriam ser feitas pelos agentes da lei portuária. As multas, por sua vez, eram recolhidas e repartidas entre as mesas do estado, ou seja, quanto mais multas aplicadas, mais recursos entravam nos cofres públicos. Na sessão dedicada às notícias do interior no jornal *A Federação*, a edição de 5 de novembro de 1928, chama a atenção com a seguinte notícia sobre a cidade de Rio Grande: “Prosseguindo salutar campanha contra cáftens e vigaristas, o doutor Francisco Paula Cardoso, sub-chefe de polícia, tem dado diversas batidas prendendo estes indesejáveis e tomando as medidas cabíveis”. Este é o mesmo subchefe, que irá designar seu pessoal para patrulhar o porto contra os “indesejáveis”, e consequentemente receber “as gratificações pelos serviços extraordinários prestados”⁶⁸.

⁶⁸ *A Federação*, 5 de novembro de 1928, p. 5.

Além do porto, outro local de constante vigilância eram as entradas e saídas para a Lagoa (acreditamos que a lagoa mencionada, seja a Lagoa dos Patos, que possui acesso direto ao porto de Rio Grande, além de ser o canal de navegação que liga a cidade de Rio Grande com Porto Alegre, a capital).

3.3 PARA ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL: A IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL ELEITOR

Associada à vigilância atenta contra indesejáveis que aportavam no estado, outra fonte, relatório policial destinado ao presidente do Rio Grande do Sul em 1927, já reforçava a necessidade de cumprimento do decreto federal expedido em 1921 que tratava sobre as mudanças na legislação sobre entrada, permanência e expulsão de imigrantes, como já citado no capítulo 1. É possível compreender através da leitura do relatório que existiam dúvidas jurídicas que acabaram por colocar em segundo plano o cumprimento de tal legislação. No entanto, é citado que em agosto de 1926 foi enviado pelo Ministério da Justiça um ofício ao estado do Rio Grande do Sul onde se solicitava as medidas cabíveis para a execução da prática legal.

Mais uma vez, o governo do estado se mostrava receoso no cumprimento legal das ações repressivas, sobrando, por fim, ao governo de Vargas adotar a postura de cumprir ou não a determinação judicial. Esta poderia ser também uma explicação do porquê as medidas repressivas contra imigrantes foram “endurecidas” no período em que Vargas se tornou presidente do estado.

Para tentar convencer o chefe do Executivo estadual e ao mesmo tempo, aparentemente, “mostrar serviço”, o chefe de polícia escrevia no relatório:

[...] não poderia mais pôr em dúvida a legitimidade da interferência da polícia para obstar a entrada desses indesejáveis, providência é essa que neste estado assume particular importância, pois que a extensa zona de Fronteira é uma larguíssima porta sempre escancarada a penetração destes elementos nocivos no país. Notadamente, os indesejáveis de nacionalidade uruguaia perseguidos pelas autoridades policiais da República vizinha, encontravam sempre um campo aberto a sua atividade criminosa haja vista a estatística dos Condenados, constante do relatório anexo do administrador da casa de correção, donde se verifica que, para 46 estrangeiros, 27 são uruguaio (mais de 50%), quando é certo que a imigração uruguaia é pouco considerável em confronto com a de outros países.

Assim Compreendo o alto alcance dessa medida legal, expedi em 9 de Abril do ano passado as seguintes circulares as autoridades policiais desta capital, Rio Grande Pelotas, Uruguaiana, Livramento, São Borja e Itaqui, Jaguarão

Herval Quarai e Santa Vitória: estando esta chefia empenhada e impedir o ingresso de indesejáveis no território do estado⁶⁹.

Diversas hipóteses surgem a partir da análise destas documentações. Acredito que pouco tenha se esclarecido (de forma comprobatória) sobre o porquê das expulsões ilegais de presos imigrantes que cometeram crimes em outros estados ou que pertenciam a outras pátrias que não a uruguaia e argentina serem enviados as fronteiras rio-grandenses e expulsos. Dentre as hipóteses possíveis, podemos mencionar a tentativa de Vargas e seus asseclas em demonstrar ao Governo Federal que estavam alinhados e comprometidos a cooperar com a limpeza social, tendo em vista que o governo estadual anterior não cooperou, ou ainda, uma espécie de flerte inicial com o autoritarismo e o controle policial e jurídico que mais tarde irão ser tão presentes ao longo da ditadura varguista.

Vargas era um grande articulador, não só entre seus pares, mas também entre a população, não é à toa que mais tarde será chamado de “o pai dos pobres”. Além do flerte com o autoritarismo, acabamos por descobrir dados relativos a esse seu poder articulador, principalmente ao que diz respeito ao aliciamento de votos para a campanha federal.

Ao procurar pistas mais contundentes que pudessem nos auxiliar a remontar os passos de identificação dos sujeitos criminosos fichados pelo novo gabinete “psycroantrophologico”, como anteriormente citado, acabamos por nos deparar com números muito expressivos dentro dos Gabinetes de identificação do Estado. No entanto, estas identificações não passavam necessariamente dentro do perímetro criminal.

O Relatório do Presidente do Estado, de 1929, evidenciava muito mais a preocupação em identificar os possíveis cidadãos aptos para o exercício do voto do que qualquer outro aspecto. Os números eram os seguintes:

Gabinete de identificação – Foi intenso, no anno de 1929, o serviço do citado departamento, que identificou 18.854 pessoas, sendo 17.698, para fins eleitoraes, 453, para efeitos ciminaes e 703, por diversos motivos. Verificou-se, assim, o aumento de 15.977 identificações sobre as effectuadas durante o anno passado, as quaes sommoram apenas 2.879.

Expediram-se 18.119 carteiras eleitoraes de identidade, sendo 17.698 primeiras vias e 421 segundas.

Afim de atender convenientemente ás necessidades do serviço, creou o governo, na capital, 8 filiaes do Gabinete de Identificação, as quaes, passada a época desse vultoso trabalho, foram logo extinctas.

Subiu a 89.022 o numero de fichas archivadas, notando-se, assim, uma differança, a mais, de cerca de 20.000 fichas, em confronto com as existentes em 1928, que eram 69.595 (p.81).

⁶⁹ SIE-03 044: Relatório completo da polícia para o presidente do Estado, p. 530-531.

Apesar da temática eleitoral não se associar diretamente com a proposta dessa dissertação, acreditamos que este é mais um fato que corrobora com a minha hipótese de que o estado foi uma espécie de laboratório de Vargas. Estes dados nos mostram também que mesmo em meio a uma crise econômica enfrentada pelo Rio Grande do Sul⁷⁰, o governo desprende recursos financeiros para montagens de 8 filiais do Gabinete de Identificação só na capital para dar conta dos registros de novos eleitores, em um ano eleitoral onde o próprio Vargas concorria à presidência.

Neste capítulo, tentamos demonstrar através das fontes até aqui apresentadas, quais foram os principais investimentos e ações por parte do Estado do Rio Grande do Sul para fomentar a repressão aos grupos imigrantes indesejáveis, além da sua mobilização de recursos humanos e materiais para angariar o maior número de sujeitos aptos a tornarem-se eleitores. Compreendemos que a especialização (investimento financeiro, distribuição de recursos humanos, criação de leis e decretos) associados ao discurso higiênico (capítulo 2) são por fim, a explicação para o aumento do volume de sujeitos encarcerados com finalidade de expulsão (capítulo 1).

⁷⁰ Grijó (2017), através de suas pesquisas demonstra que Vargas recebeu de seu predecessor Borges de Medeiros, um estado em frangalhos financeiros e recorreu a um empréstimo externo para conseguir equilibrar as finanças do estado. Uma das medidas é a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ou como até hoje o conhecemos: Banrisul. A principal finalidade para criação da instituição de créditos do estado era o empréstimo de valores para fazendeiros e criadores de gado, em geral localizados na fronteira do RS. Um dos primeiros pecuaristas a receber um empréstimo do Banrisul foi o próprio sogro de Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que de alguma maneira este trabalho tenha sido útil, mesmo que de forma breve, ao lançar novas problemáticas dentro da história regional e principalmente dar visibilidade a fontes compostas de tanta riqueza. Como em todos os trabalhos acadêmicos, alguns dos objetivos se cumpriram, mas tantos outros ficaram em aberto ou abriram lugar para que novas perguntas possam ser feitas.

Nosso problema de pesquisa era analisar a repressão aos imigrantes, e observar como a difusão das ideias eugênicas e práticas de controle social se conjugavam num momento de intensa agitação política no estado e no país, visto a aproximação do nosso recorte temporal com um momento eleitoral que mudaria os rumos da política nacional até então estabelecidos. O Brasil esteve anteriormente acostumado a ceder às oligarquias paulistas e mineiras, e que acabou sendo palco de mais um golpe de estado, dentre tantos que ocorreram em sua história. Neste trabalho, tentamos demonstrar que através da fórmula: especialização policial + discurso higiênico, gerou neste caso, como consequência, o aumento das expulsões contra imigrantes.

Dentro de nossa proposta metodológica, organizamos nosso trabalho, em linhas gerais da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentamos as possibilidades de conexão entre os militantes que circulavam no país, e que foram expulsos do território nacional, além de apontar caminhos para a compreensão de como as discussões sobre a militância regional podem ser ampliadas a partir destas histórias de circulação de sujeitos, como os que eram personagem dos processos de expulsão utilizados. Queríamos não fazer um mero estudo comparativo, mas sim um exercício de análise que visava estabelecer possíveis conexões entre as expulsões de imigrantes a nível nacional, a partir da análise de caso do Rio Grande do Sul. Junto a isso, também contextualizar o leitor dentro da temática em que a pesquisa se propunha desenvolver.

Dentre os objetivos listados, conseguimos dimensionar, mesmo que brevemente as redes de contato destes sujeitos de forma interestadual, apontando, para além das fronteiras geográficas, outras possíveis redes que podiam ser percebidas logo de cara na análise documental. Entre elas, as de parentesco e etnicidade. Os militantes envolvidos no processo de expulsão AN IJJ7/172 de 1930, possivelmente, eram todos judeus, tendo em vista seus sobrenomes; a grande maioria morava em ruas próximas, em geral todos no bairro Bom Fim, região próxima ao centro da cidade; de alguma maneira eram também ligados por laços de parentesco, sendo eles irmãos ou cunhados uns dos outros; a maioria

provinha de regiões da Rússia e, por fim, compartilhavam do mesmo ideal, o comunismo. Ou seja, redes e laços de afeto e de luta, os ligavam.

Um dos primeiros impulsos de análise que tive quando inicialmente pude pegar esta fonte, e me dar conta de tamanhas similaridades entre os sujeitos foi de traçar o máximo de conexões destes personagens, a fim de estabelecer as redes de conexão deles com outros militantes que possivelmente poderiam ter sido presos e expulsos. Ao analisar o documento de forma mais profunda, associando com leituras sobre o período e em especial sobre o Partido Comunista, notei que ao menos dois deles tinham participação significativa na atuação e manutenção do PCB no Rio Grande do Sul, achei que traçar as redes seria o caminho para encontrar mais respostas sobre a atuação do PCB e do BOC no RS. Infelizmente, por falta de recursos documentais mais consistentes, remontar estas redes não nos foi possível, abrindo-se assim uma lacuna a ser preenchida futuramente. No entanto, através do cruzamento dos processos de expulsão levantados, conseguimos conectar sujeitos e processos de outros estados que se articulavam com os presos do Rio Grande do Sul.

Acabei por discutir como as leis federais se transformaram e se articularam com fins de expulsão, apresentamos alguns dos sujeitos que integram o rol de expulsos do território nacional e que eram residentes no estado do Rio Grande do Sul e como estes se relacionaram com outros sujeitos expulsos a partir de outros estados. Apontamos também dados que são relevantes sobre as prisões com fins de expulsão no período de 1928-1930. Tentamos, mesmo que de forma parcial, reconstituir as diversas redes em que congregavam tais sujeitos naquele contexto do processo de expulsão. Além do mais, foi na construção deste capítulo que tivemos contato com o primeiro *start* das possíveis relações existentes (ou inexistentes), que nos levaram a crer que as expulsões ilegais, apesar de ocorridas a margem dos processos legais, deixaram pegadas documentais ao longo da história.

No segundo capítulo, analisamos a circulação e difusão das ideias higienistas e eugênicas propagadas por correligionários varguistas, como Darcy Pereira de Azambuja, João Neves da Fontoura e Azevedo Amaral, discutindo quais suas ligações com Vargas enquanto Presidente do Estado e posteriormente como Presidente do Brasil. Esta análise, nos possibilitou acessar, mesmo que de forma breve, os debates políticos que de certa maneira também eram públicos, tendo em vista que eram publicados em um jornal com expressiva circulação pelo estado e que pautavam a sustentação do governo varguista no Rio Grande do Sul.

Neste capítulo, recorreremos a fontes que nos auxiliaram a compreender quais as visões que circulavam sobre a imigração no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1928-1930. As fontes mais viáveis para essa análise, tendo em vista o fechamento dos arquivos, foram a coleção de exemplares do jornal *A Federação*, disponível de forma digital através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Nestas fontes, encontramos diversos discursos de cunho higienista proferidos (escritos ou apresentados de forma oral em plenárias da câmara e reproduzidos nas colunas do jornal) por correligionários políticos do então Presidente do Estado, Getúlio Vargas. Muitos destes correligionários não apresentavam papel fundamental dentro do governo do estado, mas acabaram, alguns anos depois, sendo figuras de destaque ao longo do primeiro governo de Vargas (1930-1945), o que demonstra a proximidade destes atores com o projeto varguista. A história de fundação de *A Federação*, atrelada ao Partido Republicano Riograndense (PRR), partido ao qual Vargas fez toda sua formação política desde a juventude, além de ser o partido que possibilitou sua eleição estadual e ajudou a impulsionar sua eleição federal, também me pareceu importante ser citada, junto ao fechamento de tal periódico, decretada por Vargas em 1935. Acredito que aspectos como estes não podem passar despercebidos e mereceram ser citados, tendo em vista, que a construção política de uma figura não se faz sozinha, são também suas relações e articulações que contribuem para a construção de seu projeto governamental.

Nosso objetivo foi tentar traçar quais eram os discursos que ajudavam a fomentar, estimulando ou de certa forma auxiliando na justificação da necessidade de implantação e investimento na repressão social, algo que já havíamos observado em outra documentação e que acabou sendo o objeto central do capítulo 3. Os discursos destes correligionários políticos de Vargas, em minha análise, não poderiam ser pensados como declarações isoladas ou que eram feitas sem uma motivação, mas foram encarados a partir de minhas leituras e associações com as demais fontes como uma parte do quebra cabeças que envolve o aumento das prisões de indesejáveis na Casa de Correção, e as expulsões de Nicolau, Leon, Simão, Marcos, Pelayo, Manoel, Justa e Sergius, nossos personagens do capítulo 1. Entendemos que as ações dos “de baixo”, por si só não são explicáveis, mas que é a compreensão de todos os agentes envolvidos, sejam eles militantes, falsários, políticos e intelectuais que fazem parte de um mesmo lugar de disputas e resistências e nos auxiliam na reconstrução do passado.

No terceiro e último capítulo desta dissertação focamos nos aparatos repressivos empreendidos pelo estado a fim de garantir a expulsão ou o impedimento da entrada de

indesejáveis. Aventamos, neste capítulo, hipóteses relacionais com a postura varguista no rio-grande e sua postura futura como presidente da nação. De forma complementar, apresentamos dados quanto as tiragens de títulos eleitorais no Estado, e relacionamos com a preocupação de fortalecimento da base eleitoral gaúcha, visando as eleições presidenciais que ocorreram no ano de 1930.

Desta forma, apresentei e analisei uma série de medidas empreendidas pelo estado para “organizar” a ciência e a polícia durante o período de 1928-1930 no Rio Grande do Sul, utilizei como base documentos produzidos em especial pelos agentes policiais para dar ciência as demais autoridades do executivo sobre as ações realizadas nos anos que o recorte temporal desta dissertação abrangiam, como correspondências policiais expedidas e recebidas, relatórios e decretos emitidos pelo presidente do estado. É importante salientar, que só cheguei a esta documentação com a ajuda da professora Cláudia Mauch, que além de me sugerir isto na qualificação, me enviou as possíveis localizações arquivísticas, e que muito me auxiliaram na reabertura dos arquivos.

Sustentamos nossa argumentação baseadas nas discussões eugênicas e higienistas que tomaram conta dos espaços acadêmicos e por conseguinte, sociais ao longo do século XX gerando o agravamento do racismo e das estruturas raciais, e o refinamento dos mecanismos repressivos policiais e jurídicos.

Apesar da temática eleitoral não se associar diretamente com a proposta dessa dissertação, acabamos por localizar junto aos documentos policiais, na seção dedicada ao que hoje conhecemos como Instituto Geral de Perícias (IGP), responsável por fazer a identificação civil, e naquele período as identificações eleitorais, um número expressivo de investimentos para montagem de gabinetes de identificação e expedição de “carteiras eleitorais”. Acreditamos que este é mais um fato que corrobora com a minha hipótese de que o estado foi uma espécie de laboratório de Vargas. Estes dados nos mostram também que mesmo em meio a uma crise econômica, o governo despreendeu recursos financeiros para dar conta dos registros de novos eleitores, em um ano eleitoral onde o próprio Vargas concorria à presidência. Este é mais um caminho possível para pesquisas futuras, que aqui não foi possível contemplar.

Tentamos demonstrar que a especialização (investimento financeiro, distribuição de recursos humanos, criação de leis e decretos) associados ao discurso higiênico propagado por agentes ligados a Vargas, foram os ingredientes que levaram ao aumento do volume de sujeitos encarcerados com finalidade de expulsão.

Como citado, novas perguntas surgiram ao longo destas análises; a impossibilidade de mapear de forma efetiva as redes em que os “indesejáveis” congregavam abre uma possibilidade de pesquisa futura. Assim como as redes policiais, que tão ricas seriam para explicar como as expulsões ilegais de fato se efetivavam. Sobre estas, não achamos fontes, mas quem sabe, um próximo pesquisador as ache.

Esta dissertação, acabou por de uma forma ou de outra, se debruçar sobre problemáticas muito mais associadas ao campo da história do crime, do que de fato da história social do trabalho, campo este que foi as bases de fundação para a construção do projeto de pesquisa. Dentro do campo sobre os estudos do crime, ao analisarmos nossas fontes nos deparamos com tipificações de sujeitos que não são mais reconhecidas como legítimas, no entanto, quando analisamos superficialmente nosso quadro social atual nos perguntamos, quais os desdobramentos que as ideologias da antropologia criminal, deixaram de marca na atuação dos aparatos repressivos, principalmente no que concerne às abordagens realizadas pelas polícias de todo país, na atualidade? Que feridas ainda estão por ser sanadas dentro das corporações, causadas pela crença na tipificação e caracterização do “sujeito criminoso”? Estas, são questões que não conseguimos responder nesta dissertação, mas que ao longo da pesquisa acabaram por me ocorrer, e vejo aí uma lacuna relevante dentro da temática dos estudos sobre o crime por meio de uma pesquisa sociológica. Dentre os objetivos que não se cumpriram, podemos inclusive citar aqueles que anteriormente foram concebidos, em especial no projeto de mestrado e no exame de qualificação, e que ao longo da escrita e conforme as fontes se apresentavam, passaram a não mais fazer sentido. Caso este da ideia inicial de tentarmos reconstruir redes de militância e vivência cotidiana dos *indesejáveis*.

Por fim, gostaria de ressaltar que dentro das possibilidades que me foram apresentadas, acredito que este trabalho seja, quem sabe, um estopim para que novas pesquisas surjam sobre uma documentação tão rica e de um período muito significativo para a história regional, até o presente momento, aqueles considerados *perniciosos à ordem pública* ficaram relegados a poucas páginas dentro de outros temas e assuntos, em especial sobre imigração. Sendo também esta dissertação, uma tentativa de diálogo entre três campos distintos dentro da História: trabalho, imigração e crime, acredito que dei conta de colocar os três em perspectivas e diálogos em todos os momentos de construção deste trabalho. Eis aqui, minha contribuição!

ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivo Nacional – Rio de Janeiro/RJ
- Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI/RJ) – Rio de Janeiro/RJ
- CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) – Porto Alegre/RS
- Museu Doutor José Faibes Lubianca (PC/RS) – Porto Alegre/RS
- Biblioteca Nacional (Hemeroteca digital) – Rio de Janeiro/RJ
- Núcleo de Pesquisa em História (UFRGS) – Porto Alegre/RS

FONTES CITADAS

Inquéritos Policiais. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, IJJ7. Maços 126 até 177. Rio de Janeiro: 1928-1930, AN/RJ.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°2. Porto Alegre: set. 1926/mar.1928, Códice P-304, Fundo Polícia, AHRG.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°4. Porto Alegre: jul. 1929/dez. 1930, Códice P-305, Fundo Polícia, AHRG.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°5. Porto Alegre: ago. 1930/set. 1932, Códice P-306, Fundo Polícia, AHRG.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°6. Porto Alegre: jul. 1932/out. 1933, Códice P-307, Fundo Polícia, AHRG.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°7. Porto Alegre: out. 1933/ set. 1935, Códice P-308, Fundo Polícia, AHRG.

Livros de Registros de Entrada e Saída dos presos recolhidos à Casa de Correção (Presídio Central) n°8. Porto Alegre: ago. 1934/jun. 1937, Códice P-309, Fundo Polícia, AHRG.

Presos recolhidos à Casa de Correção (Índice dos presos). Porto Alegre: set. 1926/set. 1932, Códice P-306A, Fundo Polícia, AHRG.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (RS). Anos, 1928 e 1929. Rio de Janeiro: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter (org.). **João Neves da Fontoura: discursos parlamentares (1921-1928)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 667-704, 2002.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário da Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 161-189.

_____. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan/dez, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6398>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. “Anarquista, um profissional do crime”: uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do deputado Adolpho Gordo sobre as Leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913). **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 3, p. 25-47, dez. 2016.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário (1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)**. Londrina: Eduel, 2008.

BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. “**Com lei ou sem lei**”: As expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Greve e a ação política. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 195-204.

_____. Modos de Dominação. In: **A produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2008. p. 192-214.

_____. **Sobre o Estado**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRETAS, Marcos Luiz. Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime. *In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 13-32.*

_____. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 32, p. 49-61, 1991.

CAIMARI, Lila. Los historiadores y la “cuestión criminal” em América Latina. Notas para um estado de la cuestión. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 2, p. 5-15, 2016.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. *In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 309-326.*

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1984.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. *In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 327-340.*

_____. A imagem do imigrante indesejável. **Seminários**, São Paulo, n. 3, p. 21-42, dez. 2003.

_____. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, v. 119, p. 115-130, 2018

CASTELLUCI, Aldrin. Guerra, revolução e movimento operário: as greves gerais de 1917-1919 no Brasil em perspectiva comparada. *In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). História do trabalho: Entre debates, caminhos e encruzilhadas. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 265-296.*

CHALHOUB, Sidney **Trabalho, lar e botqueim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Francisco Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, nº.26, pp. 15-47.

CRUZ, Sara Nogueira. **Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. *In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (org.). História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 1. p. 51-108.*

- _____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). *In*: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (org.). **História do marxismo no Brasil**: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unidcamp, 2007. v. 5. p. 11-72.
- FALCON, Francisco. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida**: Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: História transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 171-194, 2016.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. História e Trabalho: Entre a renovação e a nostalgia. **Trajetos**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 51-67, 2002.
- FONTELES NETO, Francisco Linhares. A criminologia e polícia no Brasil na transição do século XIX para o XX. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 543-559, set./dez. 2016.
- FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- FIGUEIRÓ, Raquel Braun. **O médico, a raça e o crime**: a apropriação das teorias raciais pelo médico porto-alegrense Sebastião Leão no final do século XIX. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres**: Organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, pp. 171-194, supl. dez. 2016.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”**: política imigratória e pensamento Racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Vargas. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

_____. Azevedo Amaral e o *século do corporativismo*, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 185-209, 2012.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **O jogo das mediações**: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. *In*: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (org.). *In*: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. p. 119-139.

GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. **Anarquistas, trabalhadores, estrangeiros**: a construção do constitucionalismo brasileiro na Primeira República. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLZMANN, Lorena. **Controle e disciplinamento da força de trabalho**: Estratégias e resistência. Porto Alegre: Escritos, 2015.

IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 185-193, mar./ago. 1987.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A luta pelo poder**: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

LONER, Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 229-256.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **À esquerda de seu tempo**: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre 1927-1957). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Deslocamentos: histórias e subjetividade. Um sonho americano, elementos nocivos e donzelas ingênuas. São Paulo 1920 -1940. *In*: RIAL, Carmen; PEDRO, Maria Joana; FÁVERO, Sílvia Maria (orgs.). **Diversidades**: dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 39-60.

MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre (1889-1929). 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: Desclassificados da modernidade, protesto crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.

_____. Bastidores: Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. **Acervo**, v. 10, n. 2, p. 71-83, jul/dez, 1997. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/v10_n2_%20jul_dez_1997.pdf. Acesso em: 01 maio 2018.

_____. Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930). *In*: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (org.). **Portugueses no Brasil**: migrantes em dois atos. Niterói: Muiraquitã, 2006. p. 86-117.

MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NUNES, Guilherme Machado. **Mulheres Comunistas no Brasil**: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistoli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PEÇANHA, Natália Batista. **"Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa"**: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEIXOTO, Artur Duarte. **Da organização à frente única**: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927-1930).

2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PERROT, Michelle. Os operários. *In: Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 17-125.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). *In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 276-327.

_____. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 3, pp. 129-153, jun. 1995.

_____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, pp. 62-78, dez. 1997.

_____. “Que a união operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elisabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. *In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 59-82.

RAMOS, Jair de Souza. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. *In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (org.). Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

RAPOSO, Fernanda Gurdel. A democracia autoritária da Era Vargas e as concepções teórico-democráticas. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, v. 7, n. 2, p. 67-76, 2018.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra da Bahia de 1857**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, p. 168-182, dez. 2009.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? **Verve**, v. 4, p. 112-130, 2003.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. Uma análise do pensamento de Azevedo Amaral com base em suas obras: o Brasil na crise atual e o Estado Autoritário e a realidade nacional. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 62-79, jan./jun. 2008.

SANTOS, Mauricio Reali. **Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos (Porto Alegre, 1941-1956)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, p. 6-33, jan./jun. 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. **De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

SILVA, Nauber Gavskida. **Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Rafael Freitas de. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOZZO, Máximo. Populismo punitivo, projeto normalizador y “prisión-depósito” em Argentina. **Sistema Penal & Violência**, v. 1, n. 1, p. 33-65, jul./dez. 2009.

SPERANZA, Clarice Gontarski. European Workers in Brazilian Coalmining, Rio Grande do Sul, 1850-1950. **International Review of Social History**, v. 60, n. 51, p. 165-183, dez. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. Lucha de clases sin clases? *In*: **Tradición, revuelta y conciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30**: A dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

ZILBERMAN, Regina. “Companheiras” - As mulheres nas prisões do Estado Novo. Diálogo entre Graciliano Ramos e Eneida. **Brasil/Brazil**, v. 32, n. 59, p. 50-68, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95008>. Acesso em: 07 mar. 2020.